

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

CURITIBA

2009

Diretora Geral

Maria Madselva Ferreira Feiges

Comissão Responsável pela (Re)Elaboração do Projeto Político-Pedagógico**Coordenadora Pedagógica da Comissão**

Clecí Körbes

Pedagogas

Ana Maria Panato

Carla Cristina Klinguelfus Mendes

Cilda Fritsch Perazolo Brunner

Elisângela Belniaki Hochuli

Ester Kolling

Denise

Fátima Godinho Branco de Castro

Flávia Leal King Baleche

Lilian A A Chimenes

Lucelene Fidélis

Maria José Moret

Marta Mariano Alves

Priscila Thais Ferreira Campos

Regina Maura Marcon

Vera Lucia Ripel Salgado

Professores

Adriano S. Hohmann

Aline Pinheiro Lourenço

Avanir Mastey

Carin Wagner Rauter
Clarice F. Dietrich Martins
Claudia Priori
Claudio Camargo Nielsen
Cleber José Cezar
Cristiano Carvalho
Dalnei Bagatin Pereira
Dalva Maria C. Romani
Dulcirene M. Moletta
Fernando Richardi
Giseli de Oliveira Bueno
Giselle Maltaca
Hectore Pires Vaghetti
Jandicleide E. Lopes
João Paulo Walvy Wischral
José Manoel Levis Silva
Joseth Franco Vieira de Oliveira
Josué Tadeu Borba
Lauro Aldo Goldbach
Mara Fabiana Barbosa
Paulo Célio Kuss Hammerschmidt
Raquel Júlio Mastey
Richard James Martins
Roberto Oliveira Souza Junior
Susi Husak
Telma Satel Branco

Funcionários

Cândida Apolônia Spisla
Carmen Ap. Silvestre Ferreira

Égide Petterle

Jackeline Conrado

Viviani Pereira da Silva

Pais, Mães ou Responsáveis

Elza **Maria Carvalho??**

Lia Regina Paz

Tania Poliana Plahtyn Fernandes

Alunos

Anni Caroline H. B. Hirami

Douglas Silvestre

Elisa M. J. Mussolino

Letícia Gardasz Maciel

Marcos Corrêa

Ravi Gomes Engelhart Brasileiro

Yuri Alvares De Mello

SÍMBOLOS OFICIAIS

A Bandeira

Inserir imagem

A bandeira é constituída de um retângulo da cor branca, tendo ao centro o distintivo do Estabelecimento que é circundado por dois ramos de pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), na coloração natural, cruzados na ponta e unidos por um laço. Abaixo, está inscrito: “Colégio Estadual do Paraná” e o ano “1846”.

Foi apresentada pela primeira vez para a comunidade escolar em 15 de setembro de 1939, por ocasião das comemorações do Cinquentenário da

Proclamação da República, momento em que também entoou-se pela primeira vez o hino do Colégio.

Cores Oficiais

Foram mantidas como cores oficiais o branco e o azul.

O distintivo



O distintivo do Colégio Estadual do Paraná foi introduzido na gestão do Professor Ernani Costa Straube em 1966. É constituído de uma esfera armilar em ouro, em campo azul, cortada em banda de prata e circundada por círculo concêntrico na cor preta, tendo no interior, em ouro, a inscrição “Colégio Estadual do Paraná” e o ano de fundação “1846”.

A esfera armilar representa o universo, o céu, indicando eternidade, ciência. Lembra os grandes descobrimentos portugueses.

O ouro representa nobreza, riqueza, esplendor, glória, poder, força, vida longa, eternidade, constância, soberania e pureza.

A banda representa o cinturão do cavaleiro medieval e é a segunda peça honrosa de primeira ordem.

A prata, segundo metal, representa a humildade, inocência, verdade, eloquência, integridade, amizade, equidade, justiça e pureza.

O dizer latino “LONGE LATEQVE” (“PARA FRENTE E PARA O ALTO – EM TODAS AS DIREÇÕES”) remete-nos à ideia de latitude e longitude e lembra-nos a função do Estabelecimento de promover a formação integral dos seus alunos.

Descrição heráldica do Professor Ernani Costa Straube.

HINO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Letra de Barros Cassal
Música de Bento Mossurunga

I

Mocidade da terra querida
Onde a luz do Cruzeiro fulgura,
No fastígio da força e da vida,
Para a glória da vida futura!

É na escola que a Pátria se expande,
É de ti que o Brasil mais alcança
Pelos fastos de História tão grande,
Pelo áureo pendão da esperança.

ESTRIBILHO

Do teu Colégio
Estadual
Do Paraná
Faz teu ideal.
No teu viver,
Colegial,
Seja o teu saber
O teu fanal,
O teu dever,
O teu missal.

II

Mocidade da terra querida,
Onde a luz do Cruzeiro fulgura,
No fastígio da força e da vida,
Para a glória da vida futura!

No teu ser desabrocha a virtude,
E a moral seja enfim o teu pão;
No teu corpo demore a saúde,
Perfumando teu bom coração.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	11
1.1 INTRODUÇÃO.....	11
1.2 CEP – DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI.....	11
3. MARCO SITUACIONAL	22
3.1 INTRODUÇÃO.....	22
3.2 A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS.....	23
3.3 O COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ NA ATUALIDADE.....	29
3.4 CONCLUSÕES.....	47
4 MARCO CONCEITUAL	47
4.1 INTRODUÇÃO.....	47
4.2 FORMAÇÃO HUMANA: CATEGORIA CENTRAL.....	47
4.3 O ESTUDO TAMBÉM É UM TRABALHO: RESSIGNIFICANDO A (IN)DISCIPLINA.....	51
4.4 APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: IMPLICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE.....	53
4.5 NATUREZA DO TRABALHO EDUCATIVO.....	58
4.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	59
4.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA: AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS.....	61
5 MARCO OPERACIONAL	64
6 REFERÊNCIAS	96

APRESENTAÇÃO

Para além de um simples documento, ou de um simples agrupamento de ideias, reflexões, situações e propostas, este projeto é antes de tudo o Colégio em suas realidades e necessidades. Também, como afirma Rossa (1999), é um conjunto de ideias, desejos e aspirações comuns que propiciam “a possibilidade de um relacionamento mais fraterno entre os membros da comunidade educativa e o estreitamento dos laços de amizade e de companheirismo tão importantes no desenvolvimento de um trabalho coletivo de crescimento humano para todos” (p. 71).

No início do mês de novembro de 2008, diante da necessidade sentida pelo próprio Colégio, foram abertas as inscrições para professores das diferentes disciplinas, pedagogos, funcionários, pais ou responsáveis e alunos para participarem da Comissão Responsável pela (Re)Elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná. Os representantes dos alunos foram eleitos em reunião de representantes de turma, que teve também a participação de integrantes da diretoria do Grêmio Estudantil.

A Comissão reuniu-se aos sábados e algumas vezes durante a semana para estudo de textos e discussões sobre a realidade concreta do Colégio, a partir do levantamento de dados qualitativos feito pelos membros da comissão junto aos seus representados. Neste processo foram desvelados conflitos, contradições, limites e possibilidades do trabalho pedagógico e administrativo do CEP, bem como definidas ações coerentes com as finalidades da escola pública, tendo como objetivo primordial a qualidade da práxis educacional.

Outra linha de ação para a participação da comunidade escolar no processo de (re)elaboração do Projeto Político-Pedagógico foi a realização de palestras com educadores reconhecidos na educação paranaense sobre temas indispensáveis na definição dos caminhos da educação, como gestão democrática e formação humana, (in)disciplina e limites na educação, inclusão de pessoas deficientes e o papel da família, escola e comunidade na educação e cuidado de crianças e adolescentes.

A construção participativa do Projeto possibilita a articulação de todos os segmentos, estimula práticas coletivas de solidariedade, proporciona condições de desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, é portador de uma mensagem de mudança na escola e na sociedade que se revela na superação dos preconceitos e de todos os fatores que têm contribuído historicamente para a negação do direito do acesso e da permanência na educação escolar.

Ao se constituir em processo participativo de decisões o Projeto Político-Pedagógico expressa a identidade do Colégio e serve como um guia para a busca da qualidade na formação humana por ele desenvolvida, para a promoção da cidadania e a transformação social. Revela a antecipação do futuro, estabelecendo princípios, concepções, diretrizes e propostas de ação para a ressignificação das atividades desenvolvidas pelo Colégio.

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

1.1 Introdução

No ano de 2009 o CEP completa 163 anos de existência. Ao longo de sua trajetória tem contribuído com a educação paranaense através de práticas educativas que servem de referência para todo o Paraná. O espaço físico da instituição é privilegiado pela localização no centro da capital paranaense e pelo tamanho da área que disponibiliza para seus alunos, professores, funcionários e comunidade; o maior e mais antigo colégio estadual do Paraná, faz juz ao seu nome. O CEP ou Estadual, como é carinhosamente chamado, tem sido um dos principais espaços de eventos artísticos, científicos, políticos e culturais na capital do Estado, embora ainda não tenha sido incluído oficialmente no Roteiro Turístico de Curitiba. Tornou-se assim, um espaço integrado e voltado às necessidades sociais, culturais e esportivas não só da comunidade curitibana, como também do Estado.

A seguir, apresentamos mais detalhes desta trajetória.

1.2 CEP – do século XIX ao século XXI

Toda instituição tem uma história, formada de fatos, pessoas, marcos legais, etc. Seria muita pretensão querer explicitar em um documento como este toda a história da mais tradicional instituição estadual de ensino do Paraná, que começa oficialmente antes da criação do Estado do Paraná.

Assim, em 1846 é criado o Licêo de Curitiba, pela Lei n.º 33, de 13 de março, sancionada pelo Presidente da Província de São Paulo, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva - Barão de Suruí, e instalado em casa alugada no Largo da Matriz, atual Praça Tiradentes.

Nesta época, a região ainda pertencia à Província de São Paulo, obtendo sua autonomia somente em 29 de agosto de **1853** com a lei assinada pelo Imperador Dom Pedro II, que desmembrou a região da Província de São Paulo. Logo após teve início um programa oficial de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, alemães e italianos que vieram em busca de riquezas.

Em **1854** é inaugurada a primeira Sede, na rua da Assembléia, hoje rua Dr. Muricy, entre as atuais ruas Saldanha Marinho e Cruz Machado.

Em **1846** é criado o LICÊO DE CORITIBA, pela Lei n.º 33, de 13 de março, sancionada pelo Presidente da Província de São Paulo, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva - Barão de Suruí, e instalado em casa alugada no Largo da Matriz, atual Praça Tiradentes.

Nesta época, a região ainda pertencia à Província de São Paulo, obtendo sua autonomia somente em 29 de agosto de **1853** com a lei assinada pelo Imperador Dom Pedro II, que desmembrou a região da Província de São Paulo. Logo após teve início um programa oficial de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, alemães e italianos que vieram em busca de riquezas.

Em **1854** é inaugurada a primeira Sede, na rua da Assembléia, hoje rua Dr. Muricy, entre as atuais ruas Saldanha Marinho e Cruz Machado.



A primeira Biblioteca Pública da Província (atual Biblioteca Pública do Estado do Paraná) é criada em **1857** através da Lei n.º 27, de 7 de março, instalada no Licêo.

Em **1872**, o Governo Provincial adquire, para a sede do Licêo, a casa do Comendador Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar), um imóvel situado na rua Aquidaban, atual rua Emiliano Pernetá.

Pela Lei n.º 456, de 12 de abril de **1876**, o Licêo passa a denominar-se Instituto Paranaense, anexo ao qual é instalada a Escola Normal, atual Instituto de Educação Prof. Erasmo Pilotto.



No dia 22 de maio de **1880**, o Instituto Paranaense é visitado pelo Imperador D. Pedro II.

Com a Reforma do Ensino em **1892**, o Instituto Paranaense passa a denominar-se Gymnásio Paranaense.

Pela Lei Estadual n.º 365, em 11 de abril de **1900**, o Gymnásio Paranaense é equiparado ao Gymnásio Nacional, atual Colégio Pedro II.

Em **1904** a 3ª sede própria é inaugurada na rua Borges de Macedo (atual rua Ébano Pereira) onde hoje está instalada a Secretaria de Estado da Cultura.

Através do Decreto n.º 5742, de 30 de outubro de **1905**, o Governo Federal concede a equiparação ao Gymnásio Nacional.

Em 1918 é Criado o Gymnásio Paranaense Internato, localizado no Palacete Loureiro, na esquina da Avenida Marechal Floriano com Sete de Setembro.

A Escola Normal desvincula-se do Gymnásio Paranaense em **1922**, com a inauguração de sede própria, na rua Emiliano Pernetá.

O Gymnásio Paranaense Internato passa para o prédio do Colégio Diocesano e Seminário, na rua Bispo D. José, sob a direção do Gymnásio Paranaense - Externato, em **1925**.

Em **1934**, é criado o curso Pré-Ginásial, para ingresso no Curso Fundamental.

O Curso Fundamental de 5 anos é acrescido do Curso Complementar de 2 anos em **1936**, compreendendo as classes Pré-Médico, Pré-Jurídico e Pré-Engenheiro.



O Hino Oficial do Colégio foi entoado pela 1ª vez, nas comemorações do Cinquentenário da Proclamação

da República, em **1938** , quando também foi apresentada a Bandeira, aprovada pela Congregação do Colégio.

No dia 10 de julho de **1942**, através do Decreto nº 614, o Gymnásio Paranaense passa denominar-se Colégio Paranaense - Externato. No mesmo ano a Reforma Capanema transforma o Curso Fundamental em Curso Ginásial com 4 anos de duração e o Curso Complementar em Curso Colegial de 3 anos, com o Clássico e o Científico.

Em **1943**, pelo Decreto n.º 11.232, de 6 de janeiro, o Presidente da República, muda a denominação para COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ e o Interventor Federal do Paraná, pelo Decreto n.º 1859, de 25 de março, confirma a denominação no âmbito estadual. O Ginásio Paranaense Internato passa a denominar-se Colégio Paranaense, pelo Decreto Federal n.º 12.135, de 2 de abril deste mesmo ano, desvinculando-se da tutela do Estado. É lançada a pedra fundamental do novo prédio, na praça Santos de Andrade, onde se encontra edificado o Teatro Guaíra.

Julgada insuficiente a área, em **1944** é desapropriada a Chácara da Glória, ou de "Nhá Laura", na avenida João Gualberto, iniciando-se aí a construção da atual sede.

A Rádio Emissora do Colégio Estadual do Paraná é criada em **1949**, atual Rádio Educativa do Estado.



Em 29 de março de **1950** é inaugurada a sede atual pelo então Presidente da República General Eurico Gaspar Dutra e pelo Ministro da Educação e Cultura, Professor Clemente Mariani.

Inaugurada, em outubro de **1951**, a área desportiva do Colégio, piscinas, ginásio, pista e campo.

Em 09 de julho de **1955**, o Decreto n.º 18.181, aprovou o Regime Interno dos Ginásios e Colégios do Estado, determinando no Artigo 86, que – " O Colégio

Estadual do Paraná, pelas suas características de instalação e longevidade funcional, terá o seu regime próprio".

Em **1958** são criados o Coral e a Escolinha de Artes do Colégio Estadual do Paraná.

Consta que por iniciativa de alunos com apoio da Escolinha de Arte, em meados de **1959**, deu-se início a um trabalho de ensino musical através de instrumentos de percussão (caixa de repique, surdos, bombos, pratos e xilofones de metal), ponto de partida do grupo que foi batizado carinhosamente como Bandinha Rítmica do CEP e sua primeira apresentação oficial, foi em 27 de junho de 1959, permanecendo como Fanfarra do Colégio Estadual do Paraná até 1971.

A Lei Estadual 4.978, de 5 de dezembro de **1964**, transforma o Colégio em órgão próprio da SEED, facultando-lhe autonomia administrativa e financeira.

Em **1966** é adotado o uso do atual distintivo do Colégio.



(esfera armilar, com a divisa – Longe Lateqve).

Em **1968**, através da Portaria Interna n.º

294, de 16 de setembro, é criado o Observatório Astronômico, sob a tutela dos coordenadores de assuntos astronômicos e astronáuticos, Professor Leonel Moro e Professor José Manoel Luís da Silva. O Observatório Astronômico do



Colégio Estadual do Paraná - OACEP desde sua criação esteve filiado à Liga Latino-Americana de Astronomia.

No ano de **1969** é promovida pelo Colégio a 1ª Feira Municipal de Ciências de Curitiba - FEMUCI, com a participação de mais de 30 Estabelecimentos de Ensino, sob a organização do Professor Osny Antônio Dacol.

Em **1970**, pela Portaria da Direção n.º 51, de 30 de março, é criado o Planetário do Colégio.

Em **1971**, a Fanfarra do Colégio Estadual do Paraná passa para Banda Marcial do Colégio Estadual do Paraná, nome que mantém até 1985. A partir de **1985** foram adquiridos os instrumentos de palhetas (clarinetes e saxofones) e a

Banda Marcial foi transformada em Banda Musical do Colégio Estadual do Paraná, recebendo a Denominação “Bento Mossurunga”, em homenagem ao famoso compositor, músico e professor do Paraná.

Criado oficialmente em 8 de maio de **1979** , o Museu "Guido Straube", inaugurado em 1985.

Em **1988** é assinado o Termo de Doação de uma área de terreno, com 5.000m², em Almirante Tamandaré, para construção do Observatório Astronômico. Pela Resolução nº 2.348, de 16 de agosto de **1990** , foi aprovado o novo Regimento Interno do Colégio, reformulando sua estrutura organizacional.

Em **1992** é aprovado o atual Regimento Interno pela Resolução nº 3.138, de 24 de setembro.

No ano de **1993** são entregues as obras de restauração total do prédio do Colégio, iniciadas em outubro do ano anterior.



Em 10 de março de **1994** é tombada a área física e o terreno do Colégio, pelo Patrimônio Público Histórico do Estado, através da Inscrição nº 118, Processo nº 03, e neste mesmo ano são inauguradas as instalações do Observatório Astronômico "Prof. Leonel Moro", iniciadas em 1993.

Em 27 de março de **1995** , através da Resolução n.º 1.114, é extinto o Ensino de 1º Grau, passando o estabelecimento a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino de 2º Grau. Neste mesmo ano é inaugurada a rede de Informática Administrativa e Pedagógica. Pela comemoração dos 45 anos da inauguração do atual prédio, ocorreu o lançamento de carimbo alusivo à data pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.



Em **1996** é feita a comemoração do Sesquicentenário (150 anos) do Colégio Estadual do Paraná, contando com a visita do Ministro de Educação

Prof. Paulo Renato de Souza, e lançamento de carimbo alusivo à data, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.

O Colégio é ligado à Internet no ano de **1997**, ano que iniciou o Intercâmbio Cultural entre o Colégio Estadual do Paraná e Londres, através da TECPAR.

Pela Resolução nº 3120/98 - SEED, a partir de 2 de outubro de **1998**, o Colégio passa a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino Médio e Profissional. No mesmo ano ocorre a ligação com o Sistema Corporativo do Estado - CELEPAR.

Em **1999** ocorre a implantação gradativa do Ensino Médio, da LDB 9394/96, com alteração no calendário escolar para 200 dias, sistema de avaliação semestral e sistema opcional de modalidades esportivas para a prática das aulas curriculares de Educação Física. Ainda em 1999 é criado o Software



Educacional - EDUCEP - ENERGIA pelos professores de Biologia, Física, Química e Informática do Colégio Estadual do Paraná.

O ano de **2000** foi marcado pelas Comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil e no dia 29 de março deste ano é inaugurada a "Galeria de Diretores", em comemoração aos 50 anos de inauguração da atual sede do Colégio.

Foram diretores do Colégio Estadual do Paraná nestes 50 anos:

- Adriano Gustavo Carlos Robine (1946/1951)
- Francisco José Gomes Ribeiro (1939/1946 - 1951/1956)
- Ulisses de Mello e Silva (1956/1961)
- Eurico Back (1961/1962)
- Eros Nascimento Gradowski (1962/1966)
- Ernani Costa Straube (1966/1969)
- Osny Antonio Dacol (1969/1983)
- Eraldo Mário Graeml (1983/1986)

- Diva Vidal (1986/1987)
- Ayrton Gonçalves Celestino (1987/1990)
- Paulo Osni Wendt (1990/1991)
- Adelia Dias Castelã Ribeiro (1991/2002)

No ano de **2001** foi solicitada a cessação definitiva dos cursos profissionalizantes amparados pela LDB 5692/71. Através da Resolução nº 3160/2001, é autorizado o funcionamento dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico, aprovados pela PARANATEC.

A partir de julho de **2002** a nomenclatura do Estabelecimento volta a ser Colégio Estadual do Paraná - Ensino Médio e Profissional, pela Resolução nº3.160/2001. Autorização e Reconhecimento dos cursos Pós Médio: Técnico em Hospitalidade (Resolução nº174, de 23 de janeiro), Técnico em Secretariado (Resolução nº465, de 18 de fevereiro), Técnico em Informática (Resolução nº173, de 23 de janeiro).

Em **2003** ocorre a renovação de Reconhecimento do Ensino Médio e Profissional pela Resolução nº3.415, Diário Oficial nº6.619, de 3 de dezembro. É feita a aprovação da Proposta Curricular para implantação de Cursos de Educação Profissional Nível Técnico, integrado ao Ensino Médio (04 anos), Parecer nº109503, de 18 de dezembro, do Conselho Estadual de Educação.

????No ano de 2004 inicia de forma gradativa a implantação dos Cursos de Ensino Médio Integrado aprovados pelo Decreto nº 5154/04: Comunicação e Artes, e Edificações no período noturno. Confere???

No ano de **2005** foi implantada a trimestralidade no sistema de avaliação. Inicia, na modalidade subsequente, o curso de Administração. Em fevereiro é aprovado o Novo Regimento Escolar. Eleito o novo Conselho Escolar, de acordo com o Novo Estatuto, normatizado pela SEED.

Em **2006**, em comemoração aos 160 anos do CEP, acontece a reestruturação das piscinas.

Em agosto de **2006** teve início no CEP o projeto de pesquisa intitulado "Arquivo Escolar do Colégio Estadual do Paraná: investigação sobre seu

tratamento, ao longo da história da instituição, com base no levantamento, organização e catalogação do acervo documental”, coordenado pela professora Nadia G. Gonçalves, do Setor de Educação da UFPR.

Como o nome indica, seu objetivo principal era analisar o tratamento dado, na trajetória histórica do Colégio Estadual do Paraná, ao arquivo escolar e ao Museu Guido Straube, quanto à relevância, conservação, uso, entre outros, além de propor-se ao levantamento, organização, catalogação e digitalização do acervo documental do Museu Guido Straube, bem como do arquivo histórico do CEP.

Este projeto está vinculado ao Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação e à Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da UFPR, e conta com o apoio da Fundação Araucária, com financiamento de parte do material utilizado, de bolsas de estudo para alunos da Iniciação Científica Júnior (durante o ano de **2007**), e do CNPq e da UFPR, com bolsas de estudo para graduandos da UFPR, para Iniciação Científica.

No ano de **2008**, com o incentivo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a Banda Musical Bento Mossurunga passa a ser BANDA SINFÔNICA com um novo projeto de estruturação do trabalho, contando com instrumentos como Clarinete, Bass (Clarone), Trompas, Tubas, Tumbadoras, Bombo Sinfônico e Tímpanos, além dos instrumentos de sopro de Banda Musical.



Atualmente a banda está sob a direção do Prof. Daniel Paulo e do Prof. Jerônimo Colbert Bello. Além do ensino regular de teoria musical, prática instrumental e ensaios gerais, as apresentações fazem parte integral na formação musical dos alunos. A corporação apresenta-se nas diversas atividades da Escola e atende convites em Curitiba e Região Metropolitana. Desfila tradicionalmente no Centro Cívico todo dia Sete de Setembro, abrindo o desfile das Escolas da Rede Pública de Ensino. Sua participação nos concursos e campeonatos é outra forma de incentivo e

avaliação do desenvolvimento musical dos jovens músicos, tendo obtido títulos de 1º e 2º lugar em diversos concursos na Região Sul e no Brasil. No ano de 2009, a Banda Sinfônica Bento Mossurunga comemorará o seu cinquentenário.

No ano de **2008**, pela **Resolução nº**, foi autorizada a oferta do Ensino Fundamental, séries finais, com abertura de uma turma de cada série, número que dobrou em **2009**. Um dos objetivos é aumentar a identificação dos alunos com a instituição, na medida em que tem a possibilidade de permanecer por mais tempo nela. Também neste ano foi implantado o sistema semestral de avaliação.

Ainda em 21 de novembro de **2008**, ocorreu a primeira cerimônia de Inumação das Cinzas das Bandeiras Nacionais, fora de solo militar, incineradas no Quartel General da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército no dia 19 de novembro conforme a **Lei Federal nº/.....**, na presença de autoridades militares e civis, membros do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, demais convidados, direção, equipe pedagógica, funcionários e alunos do Ensino Fundamental do Colégio Estadual do Paraná.

Em ___ de dezembro do mesmo ano foram reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação os cursos de Educação Profissional, tornando possível a emissão de diplomas dos formados desde 2005.

No ano de 2009, o Colégio terá um calendário especial devido às reformas de toda estrutura física, elétrica, hidráulica e de segurança que terá duração aproximada de três meses (novembro de 2009 a fevereiro de 2010).

Neste ano o CEP continua ofertando o **Ensino Fundamental** – 5ª a 8ª série; o **Ensino Médio Diurno (Anual)**– 1ª, 2ª e 3ª série; o **Ensino Médio Integrado (diurno e noturno)**: Técnico em Comunicação e Arte e Técnico em Edificações; e os **Cursos Subsequentes** Técnico em Produção Audiovisual, Técnico em Administração e Técnico em Secretariado (com duração de um ano) e Técnico em Edificações, Técnico em Informática (com duração de um ano e meio). No turno da noite foi iniciada a oferta do Curso Subsequente Técnico em Arte Dramática: Ator Cênico. O Colégio também passou a oferecer o Ensino Médio

organizado em Blocos de Disciplinas Semestrais, conforme a Resolução nº 5590/2008, para todas as turmas do turno da noite.

2. MARCO SITUACIONAL, CONCEITUAL E OPERACIONAL

2.1 Introdução

Neste documento apontamos três marcos fundamentais que serviram de base para as discussões e para delinear as ações educativas da instituição, num movimento dialético entre o instituído (leis, memórias, identidades) e o instituinte (a revisão do instituído, não no sentido de destruí-lo ou cristalizá-lo, mas inová-lo), com a compreensão de que o tempo é algo dinâmico e não simplesmente linear e seqüencial (VEIGA, 2000).

O **Marco Situacional** descreve as condições concretas de organização em que se encontra a escola e os determinantes de seu contexto econômico, educacional, político e cultural.

O **Marco Conceitual** tomou como base as referências de diferentes autores com vistas a dimensionar a fundamentação teórica para dar suporte reflexivo às possibilidades de transformações e avanços frente as questões levantadas e ações propostas.

O Marco Operacional propõe ações de curto, médio e longo prazo para sanar as dificuldades detectadas e elencadas no Marco Situacional, à luz da fundamentação teórica apontada no Marco Conceitual. Nesse sentido, foram consideradas as possibilidades concretas da instituição no que tange as condições financeiras, estruturais e de recursos humanos que possam suprir as necessidades levantadas e especialmente, cumprir a função social da escola pública.

3. MARCO SITUACIONAL

3.1 Introdução

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico é constituída de faces (não de fases). A primeira das três faces formais/técnicas é o Marco Situacional. Além deste, há também o Marco Conceitual ou Referencial e o Marco Operacional. Estas são faces porque não se trata de tarefas ou fases sequenciais, sucessivas e independentes. As faces apresentam-se em sequência na formalidade técnica do documento, porém na construção do projeto vivencia-se um movimento entre as três faces, que embora distintas, estão efetivamente interligadas e são interdependentes (ROSSA, 1999).

O Marco Situacional refere-se ao diagnóstico da realidade na qual se desenvolve a prática educativa e nele se julga a distância entre o real e o ideal da prática (ROSSA, 1999; VEIGA, 1998). É o ato de desvelar ou apreender os conflitos e contradições da prática pedagógica em seu movimento, e as relações desta com a prática social mais ampla, para além das aparências e de maneira transparente.

O texto inicia com uma contextualização social, política e econômica da educação pública, seguida de uma análise da situação atual do Colégio Estadual do Paraná.

3.2 A educação pública no contexto das relações sociais, políticas e econômicas.

Vivemos uma era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema capitalista. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a sua história o conjunto da humanidade, exigindo para este sobreviver, mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (FERREIRA, 2008).

Neste modo de produção, o Estado possui caráter privado, ou seja, atende aos interesses da burguesia industrial e política. Os exemplos que validam esta afirmação são divulgados diariamente na mídia, notadamente neste período de crise intensa do capital (que eclodiu no segundo semestre de 2008 nos Estados Unidos e se alastrou pelo resto do mundo): em janeiro de 2009 a mídia divulgou que o governo brasileiro efetuou repasse de verbas para grandes empresas, mas que mesmo assim demitiram funcionários; governos de países desenvolvidos também têm destinado verbas volumosas para salvar bancos, mesmo que privados.

Na crise do capital, a preocupação que impera no Estado e no Mercado é a de alterar a forma de existência e consolidação do sistema para a continuidade da acumulação de capital. Já a forma que assume o trabalho subordinado à relação capital-trabalho (alienado) gera uma crise de natureza e conseqüências diversas e gravíssimas. O homem, para sobreviver, se torna um bárbaro no momento em que se desprezita e desprezita o próximo, especialmente pela exacerbação do individualismo. A apreensão adequada da contradição entre trabalho social e relações de produção no interior da “crise estrutural da forma capital”, revela que permanece válida a tese da centralidade do trabalho (FERREIRA, 2008).

Eis que, estudos que vem sendo realizados apontam para um processo de dualidade na nova pedagogia do capital, que tem centralidade na acumulação flexível, e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho têm objetivado novas relações com a educação. Essa dualidade dialética é chamada por Kuenzer de “exclusão includente e inclusão excludente” (2005, p. 8)

No processo de “exclusão includente”, que integra a reestruturação cíclica do capital da qual acabamos de falar, de acordo com Kuenzer:

(...) identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou re-integrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado. (2005, p. 92)

Desta forma, o mercado enfrenta as sucessivas crises e mantém o seu poder de acumulação, super-explorando o trabalho precarizado (trabalho terceirizado, domiciliar, infantil e até mesmo escravo) sempre de forma reinventada.

Do ponto de vista da educação, mas relacionado à lógica exposta acima, temos o processo de “inclusão excludente”, definido por Kuenzer como:

(...) as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente. (2005, p. 92-93)

As estratégias de “inclusão excludente” têm sido as mais variadas, como as propostas de ciclagem, aceleração de fluxo, progressão automática, classes de aceleração, entre outras, estratégias estas que se adequadamente implementadas com o devido investimento financeiro, humano e material, favoreceriam a democratização das oportunidades educacionais. Além disso, temos alguns cursos de EJA (Educação de Jovens e Adultos) aligeirados ou de certificação apenas formal ou “vazia” e que dificultam a re-inserção do aluno na escolarização regular.

Com estes dois processos forma-se a mão-de-obra disciplinada, flexível e a “massa sobranete” tão necessária ao capital para esvaziar os direitos do trabalhador.

A expressão da tentativa de empobrecimento do conteúdo escolar pela política estratégico-empresarial se manifestou no Paraná no final da década de 1990 e início dos anos 2000 com a implantação verticalizada da pedagogia de competências, a qual teve grande resistência por parte dos profissionais da educação e que já está superada.

Na afirmação da doutora em educação da Universidade Federal do Paraná, professora Acácia Zeneida Kuenzer: “para os que vivem das diferentes formas de trabalho, onde a precarização econômica dificulta o acesso à produção cultural dominante, a escola passa a ser espaço fundamental para a aquisição dos conhecimentos que permitam o desenvolvimento das competências requeridas para a inclusão na vida social e produtiva”. (p. 6)

No raciocínio da autora supracitada, o desenvolvimento das competências se dá na vida social e produtiva e não na escola, como previa a pedagogia de competências. Proclamar a escola como responsável do desenvolvimento de competências é uma forma sutil de afirmar a exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia possuem outros espaços para a relação com o conhecimento científico.

De acordo com a autora, como também para Dermeval Saviani, a escola é o lugar de se apropriar dos conhecimentos que possibilitem a interpretação do mundo, a partir do domínio dos conteúdos e do método de produção do conhecimento humano, do desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento. As Diretrizes Curriculares Estaduais tomam isto como pressuposto. O Ensino Médio Integrado e os Cursos Subsequentes, por exemplo, se baseiam nessa concepção de que o domínio dos conhecimentos gerais aprendidos no Ensino Fundamental e Médio são indispensáveis para a inclusão no mundo do trabalho, facilitando a aprendizagem de uma profissão e instrumentalizando o aluno para o exercício da cidadania.

Sendo assim, uma das preocupações na (re)elaboração do Projeto Político-Pedagógico do CEP está em tornar transparente, a toda a comunidade escolar, a indicação de quais são as propostas do Neoliberalismo (modo de reestruturação do capital a partir da década de 1970) para a educação e a escola e suas gravíssimas e impiedosas conseqüências para todas as pessoas que, paradoxalmente, vivem em seu cotidiano os efeitos colaterais desta reorganização social (exclusão miséria, individualismo, competitividade, desvalorização profissional), bem como, apontar quais os caminhos possíveis para a sua resistência.

Neste contexto de crise, temos como princípio que as políticas públicas educacionais devem formar profissionais e educandos para a verdadeira cidadania, pautada na superação do individualismo imperante e acirrado e nos ideais de solidariedade humana, justiça social e fraternidade, para construir uma

sociedade livre, justa e solidária. Para tanto, tomamos como base para a construção deste projeto político-pedagógico o “tripé”: democracia participativa, controle social e cidadania.

Como vimos, há uma relação direta entre Estado e Público. O Estado não é Público, daí a importância de controle social - transparência, politização, organização política e participação ativa dos cidadãos, ou seja, democracia participativa. Mas quem é o cidadão? Aquele que tem direitos e deveres na sociedade da qual faz parte. E como definir cidadania? Condição para o ser humano compartilhar direitos e deveres, bens simbólicos e culturais (tais como a educação), bens sociais (relacionado à estrutura de poder) e bens materiais (alimentação, habitação, trabalho, vestuário entre outros). Compartilhar é obter patamar de igualdade de decisão e de acesso aos diferentes bens; é solidariedade.

A propósito, na sociedade brasileira há uma profunda negação da cidadania, pois todos os tipos de bens são distribuídos desigualmente. A título de elucidação, tomemos o seguinte exemplo: a destinação percentual do PIB (Produto Interno Bruto) de 4,2% para a educação é insuficiente para garantir um sistema educacional de qualidade a todos, sendo que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) recomenda o percentual mínimo de 6%. O ensino fundamental já está quase universalizado, mas em relação à qualidade percebemos que ainda deixa muito a desejar. Já o ensino médio não é disponibilizado à cerca de metade dos estudantes do país e o acesso à universidade é ainda mais restrito, sem entrar no mérito da qualidade de alguns cursos.

O baixo índice de investimentos em saúde no Brasil também revela um sério problema, que acaba se expressando no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), um indicador da qualidade de vida utilizado pela ONU (Organização das Nações Unidas):

O gasto em recursos públicos, de apenas 3,6% do PIB, segundo o relatório divulgado, é inferior ao gasto privado - pagamento próprio ou plano de saúde -, que chega ao equivalente a 4,3% do PIB. Há, pois, uma

enorme distorção, demonstrando que o gasto privado no Brasil, para atender 35 milhões de pessoas, é maior do que o investimento público para atender os demais 145 milhões. (Correio do Povo, 09/09/05).

Também segundo dados do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), publicados na Gazeta do Povo em outubro de dois mil e três, uma pesquisa mostrou que mais da metade da população infantil do mundo vive em condições de pobreza. Dez por cento da população infantil brasileira, em torno de 60 milhões de crianças, vivem em condições desumanas, de absoluta pobreza: “Severa degradação das condições humanas básicas, incluindo alimentação, água limpa, condições sanitárias, saúde, habitação, educação e informação”.(2003, s. p)

Assim, vivemos numa sociedade marcada por desigualdades sociais, com má distribuição de renda, violência e corrupção que se refletem também na comunidade atendida por este estabelecimento de ensino. Grande parte dos alunos atendidos pelo CEP é da Região Metropolitana de Curitiba, onde as condições de vida da população revelam a falta de acesso, sobretudo, aos bens materiais e simbólico-culturais. Todavia, no que se refere aos bens simbólicos, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Brasil o percentual de jovens que não eram estudantes na população de 15 a 17 anos de idade caiu de 40,3% em 1992 para 17,7% em 2007. Portanto, há mais adolescentes cursando a escola, mas ainda há um significativo contingente que não frequenta a educação básica.

Com relação ao terceiro aspecto da cidadania, os bens sociais, tais como a democracia participativa e o controle social, se realizam na própria escola a partir da participação nos processos de decisão e execução das mudanças necessárias. Neste sentido, existem na escola os órgãos colegiados, tais como: Conselho de Classe, Conselho Escolar, APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) e o Grêmio Estudantil. As assembléias gerais também representam um espaço valioso de definição coletiva das ações a serem empreendidas.

Por fim, foi unanimidade na Comissão Responsável pela (Re)Elaboração do Projeto Político-Pedagógico, levando em consideração as relações entre capital,

trabalho e educação, que ele deve firmar-se em ideais comprometidos com a formação humana de profissionais da educação e de profissionais em geral, de todos os cidadãos. A tomada de decisão deve ter como base os ideais de equidade, de igualdade, de ética, de justiça social, de solidariedade e de democracia, e não ideais discriminatórios, individualistas, de dominação e exclusão social.

3.3 O Colégio Estadual do Paraná na atualidade

Na construção do Projeto Político-Pedagógico do CEP, a Comissão que conduziu sua (re)elaboração, constituída por membros dos diversos segmentos, indicou algumas dificuldades para que todos assumam o compromisso com este projeto, ilustradas pela analogia da catedral, conforme Rossa (1999): “É muito conhecida a história dos três operários envolvidos com a construção da catedral de Colônia, Alemanha. Aos três foi perguntado: O que você está fazendo? O primeiro respondeu: Estou colocando umas pedras sobre as outras. O segundo: Estou levantando uma parede. O terceiro: Estou construindo uma catedral”. (p. 65)

Assim, uma das dificuldades no CEP é a “visão dos operários sobre a catedral”, ou seja, a falta de unidade na concepção dos diferentes atores do processo administrativo-pedagógico sobre a educação pública no Colégio, por exemplo, sobre qual aluno queremos formar e a compreensão do *processo* necessário para alcançar a plena formação do sujeito. Colocar um tijolo ou erguer uma parede é deveras importante, mas há que se visualizar um ponto de chegada que seja satisfatório. O jeito de “colocar o tijolo” ou a forma de “erguer a parede” não precisa ser igual, admite diversidade, mas o resultado final, que é “erguer a catedral” e garantir que não acabe em ruínas, deve ser visualizado por todos para que utilizem, mesmo na diversidade, as estratégias adequadas. Assim, no CEP temos o desafio de articular a unidade pedagógica na diversidade de ideias, concepções e metodologias; temos o desafio de articular os setores e a participação da comunidade, de forma que a diferença que o Colégio tem em

termos de estrutura física, financeira, didático-pedagógica e humana, faça a diferença na qualidade.

3.3.1 Estrutura física e pedagógica: possibilidades e limites

A qualidade do espaço físico por si só não promove uma educação de qualidade, pois a estrutura física constitui apenas um dos elementos que colaboram para o sucesso do trabalho pedagógico. Se não houver uma administração eficiente dos ambientes, assim como a conservação dos mesmos, a adaptação às mudanças da realidade e o planejamento das aulas que acontecerão nestes espaços, a estrutura física perde sua função pedagógica e social.

Com a estrutura física, humana e didático-pedagógica que o Colégio possui, atende cerca de 4.700 alunos, conforme mostra a tabela:

Alunos Matriculados em 2008 e 2009

Ano letivo	Ensino Fundamenta I	Ensino Médio	Ensino Médio Integrado	Cursos Subsequentes	Total
2008	150	3.548	269	741	4.708
2009					

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual do Paraná, 2009.

Além do ensino de nos níveis fundamental, médio e educação profissional, o CEP dispõe do Observatório Astronômico e Planetário, do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) e das atividades complementares / de diversidade, como as oficinas da Escolinha de Artes e o Treinamento Esportivo.

O Observatório Astronômico e Planetário do Colégio Estadual do Paraná (OACEP), criado há três décadas, dedica-se ao ensino e pesquisa da Astronomia para pessoas de todas as idades e graus de escolaridade, sendo um espaço de

cinema, teatro e escola ao mesmo tempo, um ambiente de entretenimento para corpo e mente de cada espectador.

As atividades são desenvolvidas em duas sedes:



Planetário



Observatório Astronômico em Campo Magro

Em cada ano letivo são promovidas sessões de aulas curriculares para os alunos da 1ª série do Ensino Médio e alunos novos do Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série.

O CACEP - Clube de Astronomia do CEP – dedica-se a estudos e pesquisas de fenômenos espaciais. Semanalmente o grupo desencadeia noites de observação telescópica no Observatório Astronômico em Campo Magro, e eventualmente o CACEP procura locais mais apropriados para a observação, pois a poluição das grandes cidades e a concorrência com a iluminação urbana atrapalha a visão dos observadores. No ano de 2008, por exemplo, o grupo reuniu-se na Cordilheira Rio Branco do Sul, São Luiz do Purunã e Caratua (na Serra do Mar). Além de serem utilizados permanentemente os instrumentos do OACEP, os membros contribuem com seus instrumentos e compra de filmes fotográficos sem ônus para os cofres do Estado.

A tabela a seguir mostra o público-alvo e o número de sessões ministradas no Planetário e no Observatório Astronômico durante o ano de 2008:

Tabela: Atendimentos ao público pelo OACEP – 2008

PLANETÁRIO		OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO	
PÚBLICO-ALVO	NÚMERO DE SESSÕES	PÚBLICO-ALVO	NÚMERO DE SESSÕES
Alunos do CEP	51	Alunos do CEP	05
Alunos de escolas públicas e particulares	91	Programas de Pesquisa em Apoio a Instituições do Brasil e exterior	24
Comunidade	06	Comunidade	11
CACEP	11	CACEP	09
Outros	25		
TOTAL	183	TOTAL	49
TOTAL GERAL: 232 sessões			

Fonte: Relatório Anual do OACEP, 2008.

Conforme exposto na tabela, foram ministradas ao todo 232 sessões, com capacidade para até 60 pessoas em cada sessão. As escolas públicas são isentas de taxas de visitação, diferente das escolas privadas, que pagam uma taxa simbólica para a manutenção das atividades. No ano de 2008 um terço das sessões foi para alunos de escolas públicas. O item da tabela “Outros” corresponde às sessões ministradas para professores do programa PDE, Associação Brasileira de Planetários, portadores de necessidades especiais auditivas e sessões de treinamento.

O CELEM, que ministra aulas de Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Japonês e Mandarim (Chinês), atendeu em 2008 um total de 1.636 pessoas, dentre alunos do CEP e pessoas da comunidade.

O número de alunos atendidos pela Escolinha de Arte, Treinamento Esportivo e Programa Viva Escola no ano de 2008 está demonstrado no quadro a seguir:

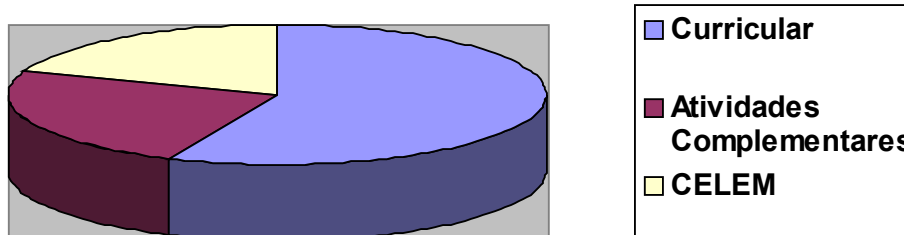
População atendida em atividades complementares - 2008

Escolinha de Arte	Treinamento Desportivo	Viva Escola	Total
796	878	300	1.974

Fonte: Registros da Divisão de Diversidade, 2008.

Somando o total de matrículas de alunos regulares do CEP, CELEM e os atendidos nas atividades complementares, o Colégio Estadual do Paraná atendeu em 2008, 8.318 pessoas. O gráfico a seguir ilustra a distribuição deste público entre alunos regulares, matriculados no CELEM e participantes de atividades complementares, revelando o peso significativo das atividades desenvolvidas para além da sala de aula, apesar de elas não atenderem todos os alunos regularmente matriculados.

Alunos em atividades no CEP - 2008



Fonte: SERE e Divisão de Diversidade, 2008. Não inclui os atendimentos feitos pelo OACEP.

O Programa Viva Escola, política pública que visa democratizar o acesso à escola nos finais de semana, foi implantado no CEP em 2009. São desenvolvidas para e com a comunidade atividades culturais, artísticas e esportivas.

A Escolinha de Arte desenvolve oficinas (voltadas à comunidade) nas diferentes linguagens da arte: Música (instrumental e canto), artes visuais (fotografia, desenho, pintura), modelagem, teatro e dança. Fazem parte da

estrutura da Escolinha o Coral e a Banda Sinfônica Bento Mossurunga. O anseio da comunidade escolar é que essa banda se transforme em orquestra num futuro próximo. Para tanto, falta a aquisição e utilização de instrumentos de corda, como violinos e harpa. No teatro destaca-se o Grupo de Teatro Amador (GRUTA), que elaborou, ensaiou e apresentou inúmeras peças dentro e fora do Colégio no ano de 2008.

A seguir apresentamos algumas fotos da Escolinha e de suas atividades:

Aula na sala de modelagem, 2008.



Aula de violão, 2008.

Coral realizando Cantada Natalina nas salas e corredores do CEP, dez/2008.

Apresentação teatral, 2008.

Apresentação teatral, 2008.

Apresentação de Dança, 2008

Banda Sinfônica Bento Mossurunga

O Departamento de Esportes também atende a comunidade aos finais de semana e contra-turno, oferecendo ao todo 16 modalidades esportivas. O desenvolvimento das atividades ocorre nos espaços do ginásio de esportes, sala de ginástica rítmica, piscinas e vila olímpica.

Durante a semana, o ginásio de esportes e a vila olímpica são utilizados para a realização das aulas de Educação Física, como também para treinamento dos alunos e alunas atletas. Nem sempre a administração



desses espaços é fácil de ser feita, tanto que surgiu a necessidade de adequar o Canteiro de Obras em Santa Felicidade para o desenvolvimento do treinamento desportivo, de forma que os espaços na sede do CEP sejam destinados para a realização das aulas de Educação Física. Cabe lembrar que os alunos atletas



disputam inúmeras competições locais, regionais e estaduais e que a partir do de 2009 as piscinas serão aquecidas, favorecendo a prática da Natação em períodos nos quais permanecia desativada.

O Colégio conta também com o Museu Guido Straube, que tem a função de resgatar e preservar a história do Colégio Estadual do Paraná, armazenando e conservando o acervo documental. Também organizar exposições, visitas periódicas e disponibilizar o acervo documental para pesquisa.

Devido ao conjunto de atividades desenvolvidas e por se tratar de um patrimônio histórico, cremos que o Colégio Estadual do Paraná pode ser incluído na rota turística de Curitiba.

Para o desenvolvimento das atividades curriculares, o Estabelecimento dispõe de salas equipadas com TV Pen Drive e armários para guardar os livros didáticos, Laboratórios de Informática, ampla Biblioteca e laboratórios de Biologia, Física e Química, com implantação, em 2009, do Laboratório de Língua Portuguesa e Matemática.

Os professores dispõem de duas salas para a realização da hora-atividade, equipadas com armários e computadores do Programa do Paraná Digital.



Laboratório de Informática



Sala de Hora-Atividade

Para dar suporte ao professor e funcionário na área de informática, contamos com o Setor de Informática do CEP, INFOCEP, que é responsável pela manutenção dos computadores e funcionamento do sistema. Esse setor também promove capacitações para professores e funcionários na utilização das ferramentas do Sistema Operacional Linux, que ainda não são dominadas suficientemente pelos servidores, dada sua recente implantação.

Por outro lado, o Setor de Multimeios, responsável pela orientação e utilização de equipamentos (TV Pen Drive, DVD, projetor multimídia, etc) grava e disponibiliza filmes e músicas para utilização durante as aulas e converte arquivos. Exerce, portanto, importante papel de suporte pedagógico.

Além disso, a Biblioteca, espaço frequentado por alunos e professores, dispõe de um acervo de livros técnicos, de literatura e revistas para a formação continuada de professores e funcionários, bem como pesquisa de docentes e discentes.

Paralelamente às inúmeras vantagens oferecidas pela estrutura física, há também os problemas gerados pelo seu desgaste no tempo. Assim, quem circulou pelo colégio em 2008, pode observar o ginásio inundado, goteiras nos corredores e em salas de aulas, chafariz sem funcionar, fechaduras das portas estragadas, janelas com risco de causar acidentes, etc, como vemos nas imagens:

Janela oferecendo riscos e cortina rasgada

Onde começa a inundação da escolinha

Tendo em vista a preservação deste patrimônio histórico, o bem-estar da comunidade escolar e a garantia das condições de estrutura física para o pleno desenvolvimento da proposta pedagógica da instituição, no ano de 2008 a direção geral solicitou ao Grupo Auxiliar de Planejamento, o levantamento e sistematização rigorosos das necessidades de melhoria na infra-estrutura, bem como a organização dos processos de licitação e planejamento das obras. O levantamento das necessidades foi feito em conjunto com uma equipe de engenheiros e visam solucionar problemas atuais no espaço físico e viabilizar novos projetos futuros.

3.3.2 Trabalho administrativo-pedagógico: um breve diagnóstico

Estrutura física, humana, financeira, administrativa e pedagógica privilegiada... A instituição possui, sem dúvida, um diferencial de estrutura em relação aos outros colégios estaduais. Todavia, reiteramos a necessidade de qualificar essa estrutura e enfrentar as dificuldades e problemas que se apresentam.

A análise da realidade do Colégio Estadual do Paraná apresentada no Marco Situacional estabelece relações diretas como o Marco Operacional, pois como afirma Marx os problemas surgem à medida que existem possibilidades e/ou aproximações para suas soluções.

Assim, salientamos a reduzida participação, sobretudo em tempos e espaços para além da jornada de trabalho, que pode ser explicada: a) pelas condições de sobrevivência que requerem do trabalhador uma larga jornada de trabalho, em um, dois ou mais locais de trabalho; b) a busca dos profissionais pela sua formação inicial fora do horário de trabalho; c) a acomodação e a falta de disposição para o diálogo e o contraditório; d) a falta de uma postura de co-responsabilidade e comprometimento com as práticas da escola; e) a falta de

solidariedade (que não é assistencial ou caritativa) e, f) a falta a preocupação com a inclusão, que é a verdadeira prática democrática.

A participação dos pais / responsáveis é insuficiente. Boa parte não comparece às reuniões convocadas pela escola. Assim, deixam de acompanhar a vida escolar do filho e participam pouco dos momentos de formação continuada, como as palestras realizadas por ocasião da (re)elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Isto mostra a necessidade de estudo e planejamento de ações inovadoras para alcançar a participação dos mesmos.

Para superar estas dificuldades o grupo de participantes dos diferentes segmentos considerou que é necessária: a) a abertura ao novo; b) a ruptura com o saudosismo e com as práticas individualistas e conservadoras; c) a alteridade (tomar o ponto de vista do outro e colocar-se em seu lugar, reconhecer o outro e sua participação); d) a co-responsabilidade com as práticas de inclusão e solidariedade; e) a participação coletiva (participação plural – diversidade sem perder de vista a unidade) e, f) a formação continuada, que possibilite o aprofundamento conceitual e metodológico, de preferência no horário de trabalho (para os professores) e para os pais ou responsáveis à noite e finais de semana.

Conforme exposto anteriormente, o Colégio Estadual do Paraná atende atualmente alunos de Ensino Fundamental, Ensino Médio, Médio Integrado e Cursos Subsequentes. A Instituição oferece carga horária semanal de 28h/a semanal para alunos do Diurno e 25 horas/aula para alunos do Noturno.

Na Educação Profissional o número de alunos atendidos nos últimos anos aumentou. Esse crescimento é resultado de uma política de Estado. Segundo ARCO-VERDE (2009) o Paraná foi o primeiro estado a retomar a educação profissional, que estava em processo de extinção. Em 2003, havia apenas 3 mil alunos em cursos técnicos e hoje são mais de 32 e outros 42 mil nos cursos integrados. A previsão é de um aumento ainda maior a partir de 2009, devido a um novo convênio com o MEC através do programa Brasil Profissionalizado.

Em discussão com pais, alunos, professores e funcionários, concluiu-se que alunos do noturno possuem características diferentes dos alunos do diurno por

serem, na maioria, trabalhadores. Dificilmente têm tempo para estudar em horário contrário ao seu turno e grande parte está vinculada formalmente ao mercado de trabalho. Muitas vezes, essa realidade pressupõe que os alunos do período da noite, para garantir a própria sobrevivência e de familiares, se distanciem dos estudos ou mesmo abandonem a escola sem completar a sua formação escolar. Essa é uma das razões pelas quais, a partir de 2009, o currículo das turmas do Ensino Médio do turno da noite será organizado em dois Blocos de disciplinas semestrais, em consonância com a política da Secretaria de Estado da Educação expressa na Resolução nº 5590/2008. O objetivo é a redução dos índices de evasão e reprovação, a garantia da permanência do aluno do Ensino Médio na escola até a terminalidade do curso e o desenvolvimento de ações pedagógicas que garantam a qualidade de ensino.

O ingresso no Colégio, até o ano de 2008, dava-se por meio de teste seletivo, mas, mediante o desvelamento de algumas contradições deste processo de seleção, em 2008 os critérios foram reconfigurados e passaram a ser considerados os seguintes:

- a) No Ensino Fundamental e Médio - será feita Análise Curricular, que compreende: somatória da maior nota do boletim nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. No caso de desempate tem prioridade o aluno com a menor idade, moradia mais próxima do Colégio. Para as matrículas na 1ª série do Ensino Médio será considerada, para fins de desempate, a maior nota na disciplina de Ciências e Geografia, nesta ordem, e para alunos da 2ª e 3ª série o menor número de adaptações.
- b) Na educação profissional (com organização curricular integrada ao Ensino Médio ou com organização curricular Subsequente) - o Colégio segue a orientação da SEED referente à análise sócio-educacional do aluno.
- c) As vagas serão distribuídas da seguinte forma: 20% para afrodescendentes; 10% para integrantes da Banda Sinfônica Bento Mossurunga e atletas que participam de competições, devidamente

comprovadas; 10% para candidatos com moradia próxima ao Colégio e 60% para a comunidade em geral.

A partir do ano de 2009 será possível avaliar as mudanças geradas pela alteração do processo seletivo. Tais efeitos nunca podem ser analisados isoladamente, pois estão articulados ao conjunto de transformações na gestão administrativo-pedagógica em curso.

Até o momento, o maior problema enfrentado são os altos índices de baixo rendimento dos alunos, de reprovações por não atingir o mínimo de frequência exigido em lei e de aprovação por Conselho de Classe Final, Conselho de Classe Extraordinário e recursos impetrados no Núcleo Regional de Educação. Tal realidade indica a necessidade de medidas que visem maximizar a aprendizagem dos alunos e melhorar a qualidade do ensino.

As tabelas a seguir são ilustrativas desse diagnóstico:

Tabela...: Resultados referentes ao ano letivo de 2006

Ano	Série	Matrículas	Aprovados			Reprovados	Transferidos ou Desistentes
			Por Nota	Por Conselho	Total		
2006	1ª	1.332	659	360	1.019	203	110
	2ª	1.459	700	421	1.121	168	170
	3ª	1.416	611	361	972	165	279
Total 2006		4.207	1.970	1.142	3.112	536	559

Tabela...: Resultados referentes ao ano letivo de 2007

Ano	Série	Matrículas	Aprovados			Reprovados	Transferidos ou Desistentes
			Por Nota	Por Conselho	Total		
2007	1ª	1.770	826	555	1.381	135	254
	2ª	1.686	1.005	487	1.492	57	137
	3ª	1.357	710	467	1.177	38	142
	4ª	20	20	0	20	0	0
Total 2007		4.833	2.561	1.059	4.070	230	533

Tabela...: Resultados referentes ao ano letivo de 2008

Ano	Série	Matrículas	Aprovados			Reprovados	Transferidos ou Desistentes
			Por Nota	Por Conselho	Total		
2008	1ª						
	2ª						
	3ª						
	4ª						
Total 2008							

Tabela...: Total geral do período de 2006 a 2008

	Matrículas	Aprovados por nota	Aprovados por conselho	Total de aprovados	Reprovados	Transferidos ou desistentes
Total Geral **Falta somar 2008	13.378	6.701	3.639	10.340	1.130	1.908

Fonte: Relatório anual SERE

Ao observarmos as tabelas notamos que % das aprovações são obtidas pelos alunos em Conselho de Classe. Isso indica que tais alunos não obtiveram em uma ou mais disciplinas a aprendizagem mínima esperada de 60% (sessenta por cento) dos conteúdos. Desta forma, temos que os esforços do conjunto da comunidade escolar devem se voltar à superação deste panorama desolador. Os

dados do ano de 2005 evidenciam que este problema já existe há longa data, pois naquele ano o número de aprovados por conselho correspondia a 45,52% do total de aprovados. (2006 – 57,96%; 2007 – 58,92%; 2008 -) Fazer análise!

Alguns alunos ou pais/mães/responsáveis de alunos, insatisfeitos com os resultados de aprendizagem, impetraram recursos contra a reprovação no Núcleo Regional de Educação. No quadro a seguir estão listados os resultados desses processos.

Resultado dos recursos impetrados contra a reprovação dos alunos

	2006	2007	2008 (dados sujeitos a alterações).
Aprovados	40	09	
Reprovados	08	05	
Total	48	14	102

Fonte: Relatório anual do SERE

Como podemos observar, em 2006 foram aprovados 83,33% dos alunos que entraram com recurso, no ano de 2007 caiu para 64,28% de aprovações nestes casos e em 2008, os dados provisórios indicam que....

O que chama a atenção de qualquer um que olha os dados é que em 2008 o número de recursos impetrados na instância do Núcleo Regional de Educação aumentou significativamente, com um total de 102 processos. Este quadro é resultado, em grande medida, do discurso de alguns profissionais da escola (professores e pedagogos) de que os alunos “são aprovados por decreto”, ou seja, sem consulta aos professores e sem critérios, discurso geralmente proferido por desconhecimento das fragilidades legais que conduziram à aprovação dos alunos.

Diante da demanda de 102 processos do ano de 2008, com o objetivo de atender os alunos antes do início das aulas do ano letivo de 2009 e manter a decisão soberana do Conselho de Classe, a Divisão Educacional analisou os recursos e convocou novos conselhos extraordinários a respeito das reprovações que a escola teria dificuldades em sustentar por causa de fragilidades na prática

docente e da equipe administrativo-pedagógica, tais como: aulas não dadas, etctetctetctetc... ver com Elisângela. Os demais recursos, nos quais estão incluídos os casos de alunos reprovados por frequência, não foram levados ao Conselho Extraordinário, sendo respondidos para decisão em instância jurídica exterior à escola.

Nos anos anteriores outras questões foram determinantes, dentre as quais podemos listar: a falta do Plano de Trabalho Docente que orientou a prática de alguns professores, erros e omissões no registro da frequência, dos conteúdos e da avaliação no Livro Registro de Classe, recuperação ofertada ao final do processo e não de forma processual, concomitante a contínua conforme prevê o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e o Regimento Escolar nos artigos 374, 375 e 376, falta de registro de medidas adotadas para orientar alunos e pais sobre o rendimento escolar e frequência dos alunos, aulas não dadas, etc.

No ano de 2008, iniciou-se a implementação das políticas estaduais que prevêem a função do Pedagogo como articulador da prática docente e a hora-atividade concentrada como tempo e espaço de formação continuada e de articulação entre professores de uma mesma disciplina. É certo que é preciso avançar na organização do horário dos professores, de forma a garantir que todos possam participar integralmente na hora-atividade concentrada. Para orientar a hora-atividade, a divisão educacional escalou uma pedagoga como responsável por cada disciplina e estipulou uma hora e trinta minutos para reunião semanal de todo grupo da disciplina por turno.

No Conselho de Classe do primeiro semestre do ano letivo de 2008, os docentes afirmaram que estavam com muitas atividades engessando a hora-atividade. Para evitar esse excesso de atividades em face do tempo, a equipe pedagógica priorizou as tarefas eminentemente essenciais, como a elaboração e acompanhamento da execução do Plano de Trabalho Docente, realização de pré-conselhos, orientação quanto ao preenchimento do Livro de Registro de Classe adotado pela SEED e participação de professores e pedagogas nas reuniões

técnicas promovidas pela Equipe Disciplinar do Núcleo Regional de Educação, atividades das quais prescinde a organização do trabalho docente.

A maior controvérsia ainda reside na avaliação, estreitamente ligada com a elaboração do Plano de Trabalho Docente. Neste aspecto, avançou-se, embora não sem resistências, para a elaboração de Planos de Trabalho Docente por Blocos de Conteúdos, de forma a refletir e (re)organizar a prática pedagógica de forma constante, adequando-a às necessidades apresentadas pelos alunos ao longo do processo ensino-aprendizagem.

De forma gradual o colégio vem cumprindo a determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, artigo 24, quanto à recuperação de estudos contínua, concomitante e processual, substituindo os momentos pontuais de recuperação. No Conselho de Classe do Primeiro Semestre de 2008, foi denunciado por parte de alguns professores, que os alunos desqualificavam a avaliação de recuperação semestral de peso 5,0 adotada no referido semestre, ou seja, deixavam de fazer as atividades processuais de pesos pequenos na soma da nota, para fazer apenas a avaliação de recuperação ao final da etapa. O Plano de Trabalho Docente por Blocos de Conteúdos, sendo que a cada bloco deveria ser prevista a retomada de conteúdos e a aplicação de pelo menos um instrumento de recuperação, foi uma das medidas implementadas pela equipe pedagógica para garantir avanços neste aspecto, sendo que parte dos professores resistiu a essa prática.

Todavia, não há uma unidade de concepção de avaliação. Isto gera conflitos e contradições na prática pedagógica, afetando professores, pedagogas, alunos, pais e responsáveis. Significa que o Planejamento e a Avaliação merecem atenção especial na Organização do Trabalho Pedagógico e Docente no CEP.

Falar dos alunos incluídos... levantamento feito pela DE.

Um problema que também se manifesta de forma objetiva e subjetiva no Colégio Estadual do Paraná é a violência: de modo objetivo pelas



bombas colocadas no interior da escola (conforme figura ao lado – vaso sanitário estilhaçado por bomba em 11 de setembro de 2008) e pelas brigas que acontecem nas proximidades do Colégio; de modo subjetivo pelo *bullying* e assédio moral que se manifesta, por exemplo, em comunidades de relacionamento no orkut.

Por *bullying*, ou violência moral, entende-se maus tratos, opressão, intimidação e ameaças que ocorrem de forma intencional e repetida. Inclui gozações, apelidos maldosos, xingamentos e ofensas que magoam profundamente a criança, o adolescente ou jovem, e até mesmo o roubo de pertences pessoais.

A violência também se manifesta sob atos de indisciplina e depredação do patrimônio público, como é o caso das bombas e das situações ilustradas pelas fotos a seguir:



Clipes usados para antena na TV Pendrive

Carteiras e lixo jogados na sala



Pichação no banheiro

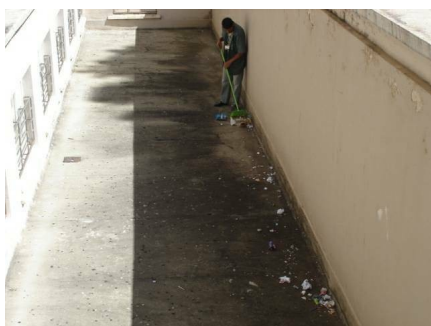


Chicletes e figurinhas coladas sob as carteiras

O desrespeito aos direitos do outro e ao patrimônio público na escola é uma das facetas da violência social que aparece de forma explícita na mídia, notadamente na televisiva. A brutalidade e a intolerância são reflexos dessa sociedade que valoriza as coisas materiais em detrimento da solidariedade, da empatia e da sensibilidade. Pode significar a falta de identificação do aluno com o Colégio, seu descontentamento com a instituição ou mesmo a realização de atitudes pouco pensadas em momentos de ociosidade. Além disso, existe a violência sutil, que podemos chamar de violência simbólica, que acontece entre professores e alunos e também entre profissionais na escola.

Neste sentido, o Colégio precisa promover uma educação para a cidadania, para que os jovens se manifestem de maneira pacífica, bem como rever o seu Regimento Escolar e o cumprimento do mesmo.

O tráfico de drogas, que é mais uma situação de violência social, também atravessa os muros da instituição: álcool, fumo (conforme figura), maconha, etc. Isto mostra a necessidade de medidas preventivas educativas e também de controle, vigilância e punição, com o objetivo de proteger as crianças e os adolescentes que estudam no Colégio, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais leis vigentes no país.



Por último, mas não de menor importância, salientamos a necessidade de educação ambiental, a começar com atitudes simples como jogar o lixo nos cestos apropriados, gestos pequenos que mantêm o ambiente limpo, conservado e mostram a adoção de hábitos conscientes, evitando cenas como essa ao lado, onde o funcionário varre o lixo.

3.4 Conclusões

Pelo exposto, vemos que o Colégio Estadual do Paraná possui uma estrutura privilegiada, facilitada pela sua relativa autonomia financeira.

Por outro lado, enfrentamos, dentre outros, o problema do baixo rendimento dos alunos, que revela a necessidade de melhorar a organização e gestão administrativa e pedagógica no contexto micro (sala de aula) e macro (do Colégio como um todo).

No Marco Conceitual realizaremos uma reflexão sobre os problemas da escola, à luz dos estudos sobre trabalho, educação e sociedade.

4 MARCO CONCEITUAL

4.1 Introdução

O Marco Conceitual ou Referencial explicita o conjunto de concepções, conceitos, ideias, opções teóricas que hão de orientar a prática administrativo-pedagógica no CEP, constituindo-se em eixo de unidade na diversidade. É a reflexão necessária para compreender os problemas enfrentados

Para aprofundar estes elementos conceituais é indispensável a formação continuada permanente da equipe administrativa, dos pedagogos, professores, funcionários, pais ou responsáveis e alunos.

4.2 Formação humana: categoria central

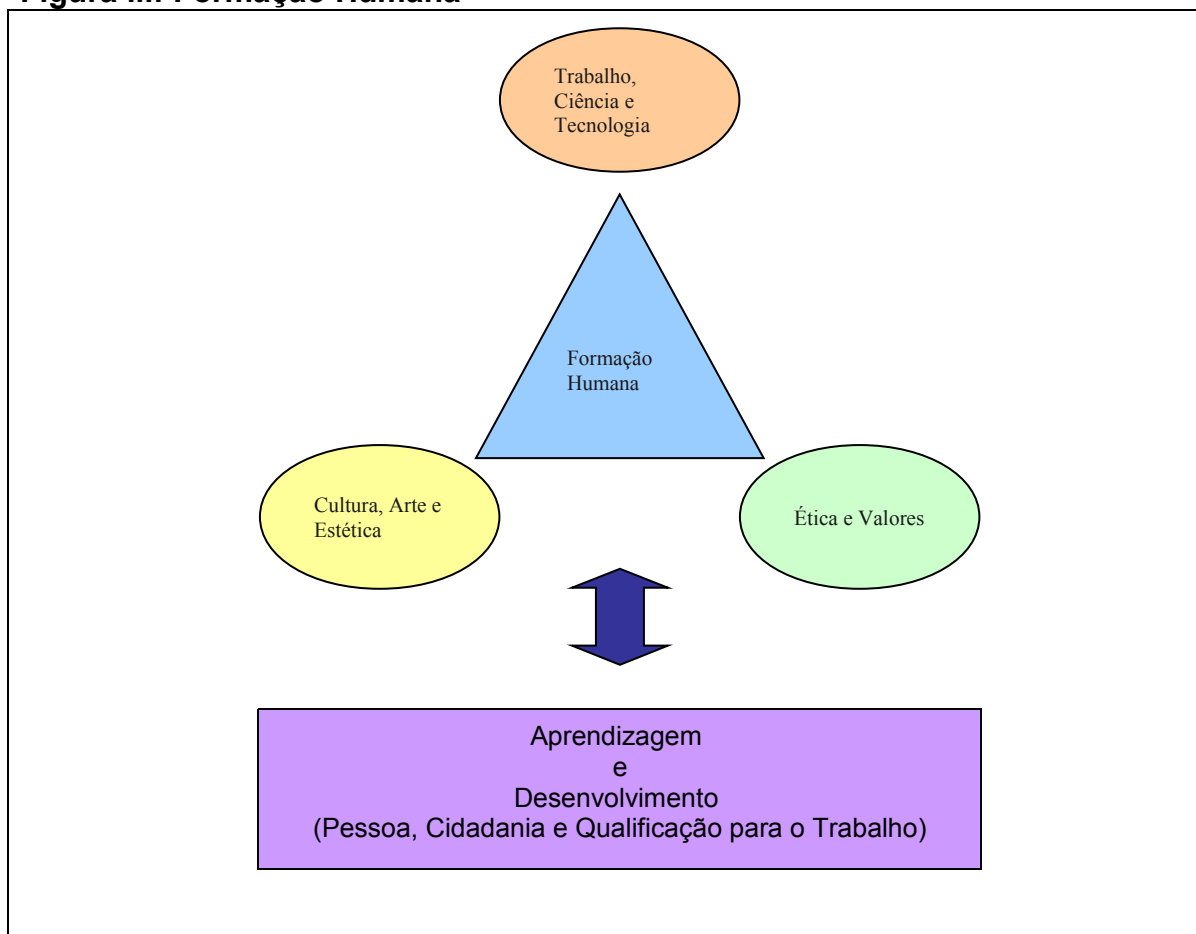
De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, artigo 2º, a educação tem uma tríplice finalidade: 1) o pleno desenvolvimento do educando; 2) seu preparo para o exercício da cidadania e 3) sua qualificação para o trabalho.

Para atender a esta tríplice finalidade, a lei estabelece no artigo 3º os princípios que devem nortear o ensino nacional. Todos aqueles princípios, tais

como a igualdade de condições de acesso e permanência no colégio, o respeito à liberdade, a gratuidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática, a garantia do padrão de qualidade e a vinculação da educação escolar com o mundo do trabalho e as práticas sociais, são consideradas essenciais pelo coletivo do Colégio Estadual do Paraná para efetivar a formação humana, que é considerado o eixo ou a categoria central do nosso trabalho.

A fim de facilitar a compreensão desse texto, elaboramos um esquema sintético do que entendemos que está interrelacionado com essa categoria central “formação humana”, como função social da escola pública. Vejamos:

Figura ...: Formação Humana



Fonte: Elaborado pela pedagoga Cleci Körbes com base nas considerações dos integrantes da Comissão Responsável pela (Re)Elaboração do Projeto Político-Pedagógico, 2009.

Conforme expresso na figura, entendemos que a formação humana é promovida mediante a aprendizagem/apropriação crítica dos saberes da ciência, da tecnologia, da cultura e da arte, articulados ao mundo do trabalho, bem como a uma visão de estética, ética e valores, aprendizagens que são determinantes para o pleno desenvolvimento do educando enquanto pessoa, cidadão e trabalhador.

A formação humana surge no seio da concepção de escola única, conforme Antonio Gramsci (2000):

“escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo” (p. 33-34)

Os estudos de Gramsci (2000) nos remetem à necessidade do domínio dos conhecimentos clássicos para a compreensão das relações sociais, culturais, políticas, éticas e dos fenômenos naturais para o exercício da verdadeira cidadania (formação geral). Esse domínio é indispensável para a emancipação da classe trabalhadora e, a quem se oferecer formação profissional, ofereça-se antes ou concomitantemente, a formação geral. É o que acontece hoje com os cursos de Ensino Médio Integrado, Subsequentes e Cursos Superiores. O Ensino Fundamental, Médio e Médio Integrado, enquanto tempo de aprendizagem geral da *cultura, da arte, da ciência e da tecnologia*, tem sido reconhecido como tal.

Cabe destacar que na sociedade contemporânea, adquire cada vez mais importância o domínio dos conhecimentos científicos e de como estes são incorporados nas tecnologias. Por exemplo, com base nos conteúdos das disciplinas de biologia e química, compreender (mesmo que apenas em linhas

gerais) a ação de um remédio no organismo. Também cada vez mais é preciso saber utilizar tecnologias, como a internet.

A partir do conhecimento da ciência e tecnologia é possível aos cidadãos opinarem sobre o desenvolvimento científico-tecnológico, conquistando espaços para a discussão das suas implicações éticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais e até mesmo sobre os rumos das pesquisas. Um caso recente foi o debate, entre 2005 e 2008, sobre a legalidade da utilização de células-tronco embrionárias humanas para pesquisas, no qual houve pouca participação pública (KORBES, 2008).

Quanto à relação da formação humana com o *trabalho*, embora pareça óbvia a afirmação de que o homem diferencia-se dos demais seres da natureza pelo trabalho, o que dá ao trabalho humano um caráter peculiar é que o homem produz de acordo com os imperativos da verdade e da beleza, ou seja, através do trabalho procura construir a vida que deseja e aprecia, por isso é importante que sua formação tenha base *ética*, especialmente devido ao contexto neoliberal que estimula o individualismo. A beleza da formação humana reside, pois, em que o homem torne-se um criador de si mesmo e da cultura em que vive, conferindo legitimidade à cidadania e à participação (FERREIRA, 2008).

O quadro esquemático também nos remete à reflexão sobre a indissociabilidade entre a promoção da formação humana pela escola e a formação dos profissionais da educação. Neste sentido, as políticas públicas de educação voltadas à formação inicial e continuada dos profissionais da educação e de profissionais em geral, devem priorizar a superação do individualismo acirrado, e a consolidação da solidariedade humana, do trabalho coletivo, da justiça social (que se opõem aos ideais individualistas, discriminatórios, de dominação e de exclusão social), enfim, *da ética e dos valores*.

Por fim, é indispensável que o educador compreenda os conteúdos de sua disciplina e como se dá a *aprendizagem e o desenvolvimento* humano, de maneira

a realizar uma ação pedagógica eficaz, ou seja, garantir a realização da tríplice finalidade da educação.

4.3 O estudo também é um trabalho: ressignificando a (in)disciplina

A função da escola, de promover a formação humana em cada sujeito particular tendo em vista um projeto social, se efetiva mediante a realização eficaz do trabalho do aluno e do professor.

É trivial se falar na necessidade de disciplina por parte do aluno para que ocorra a aprendizagem. No entanto, não é trivial dar a esse conceito o caráter de trabalho. Na acepção gramsciana: “Deve-se convencer muita gente de que o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, com um tirocínio particular próprio, não só intelectual, mas também muscular-nervoso: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e até mesmo sofrimento” (2000, p. 51)

Esta questão, no entanto, é complexa. O ingresso de alunos das camadas mais pobres da sociedade na escola pública, provocou a ideia de “facilidades”. Muitos acusam a existência de um processo de “afrouxamento”, porque estão habituados a considerar como trabalho apenas o manual, braçal, físico. Sem conceber o estudo como trabalho, fica difícil compreender a dificuldade que os educandos oriundos da classe operária têm para adquirir o hábito da contenção física e da atividade intelectual. A dificuldade que estes têm para se adaptar à escola é semelhante àquela que um filho de família de intelectuais tem em realizar um trabalho no campo ou mesmo na fábrica (que exija grande esforço físico). Conforme Gramsci (2000): “Decerto, a criança de uma família tradicional de intelectuais supera mais facilmente o processo de adaptação psicofísico; quando entra na sala de aula pela primeira vez, já tem vários pontos de vantagem sobre seus colegas, possui uma orientação já adquirida por hábitos familiares: concentra a atenção com mais facilidade, pois tem o hábito da contenção física, etc” (p. 52).

Ao não saber lidar com esse processo de adquirir o hábito do estudo, a escola produz a indisciplina, na acepção mais trivial do termo.

O trabalho do aluno tem uma tênue relação com o trabalho do professor. Neste sentido, ao ressignificarmos o trabalho do aluno e do professor no interior da escola, cabe uma reflexão mais aprofundada sobre as formas de lidar com a questão da disciplina e limites na educação. Para tanto, tomamos as contribuições da palestra do Professor e Psicólogo Marcos Meier, realizada em 03 de dezembro de 2008 no Colégio Estadual do Paraná, interseccionando com as análises de Antonio Gramsci (2000). O Professor Marcos analisou as contribuições da mitologia grega para este tema: Themis (a Deusa da Justiça) casou com Zeus (o Deus do poder e da autoridade). O casamento de Themis com Zeus representa que quem tem poder e autoridade deve agir com acolhimento e justiça (Themis tem os olhos vendados – para não cometer discriminações ou injustiças). O casal teve três filhas: Eunomia, a Disciplina; Diqué, a Equidade; e Irene, a Paz. A Eunomia (Disciplina) simboliza a mobilização para aprender (que em Gramsci nós vimos que é o esforço psicofísico); a Diqué (Equidade) nos ensina a tratar cada um segundo a sua necessidade, que é diferente de tratar todos iguais (Gramsci já apontava que um filho de operário, filho de camponês ou de intelectual teriam dificuldades diferentes ao entrar na escola); e Irene representa que a Paz não é a simples ausência de conflito, mas a construção contínua de relações humanas de aproximação, de acolhimento, de interação (Gramsci fala de um projeto coletivo pela transformação social).

Assim, com o exemplo da mitologia grega e dos estudos clássicos de Gramsci no início do século XX, atribuímos um novo significado à (in)disciplina. Segundo pesquisa de mestrado em Educação realizada por Meier (2004), o excelente professor para alunos de Ensino Médio é aquele que: domina o conteúdo (em profundidade, com atualidade e estabelece relação com outros conteúdos); explica e o aluno aprende (show do professor *versus* show do aluno); é amigo. Professor amigo, na ótica dos adolescentes e jovens entrevistados é aquele que escuta de forma acolhedora, exerce sua autoridade com tranquilidade

e é justo, portanto, professor amigo é aquele que incorpora as características de Themis e Zeus.

Por conseguinte, entre as causas da indisciplina o Professor Marcos Meier destaca: professor sem autoridade, injusto ou com vínculos frágeis; falta de autoria do aluno (falta de espaços para a expressão da criatividade, das opiniões, realização de tarefas mecânicas, etc.); falta de habilidades sociais como negociação, argumentação, humildade, percepção real de valor; falta de significado ou não aprendizagem do aluno; falta de compreensão do valor social e cultural dos estudos; estruturas familiares frágeis; características emocionais da adolescência (transgressão e agressividade) e Regimento Escolar desatualizado, inadequado, não utilizado ou desconhecido.

Dentre as origens da autoridade do professor, o palestrante destacou a formação universitária, a experiência de vida, a maturidade emocional, o conhecimento adquirido e as formas de seleção do professor, como o concurso público.

Dentre as dicas do Mestre Marcos Meier para estabelecer limites na educação de crianças, adolescentes e jovens estão: saber elogiar – ter base concreta, fazê-lo publicamente, elogiar valores ao invés de beleza; saber criticar – objetivamente e em particular, só criticando o que pode ser mudado; ser assertivo – focalizar o problema e não a pessoa, não interpretar o outro, ouvi-lo.

4.4 Aprendizagem e desenvolvimento: implicações para o planejamento do trabalho docente

A aprendizagem precede o desenvolvimento ou o desenvolvimento precede a aprendizagem? As reflexões, mesmo que breves, sobre aspectos culturais, neurológicos e psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem podem nos ajudar a responder essa pergunta, cercada de controvérsias.

É fato que o ser humano aprende e se desenvolve ao longo de toda a sua vida, como resultado de seu desenvolvimento biológico e das interações com o

meio cultural. O ser humano tem uma multiplicidade de caminhos de aprendizagem e desenvolvimento, que dependem do meio em que nasce e cresce. Segundo estudos de neurocientistas, o cérebro humano tem uma grande plasticidade e o processo de aprendizagem humana envolve a memória, a consciência, a emoção, o desenvolvimento, a cultura e a linguagem, processos dos quais ainda sabemos muito pouco (LIMA, 2002).

Por exemplo, no que se refere à memória, alguns estudos indicam que ao planejar situações de aprendizagem em sala de aula é preciso projetar um tempo para que o assunto seja trabalhado não apenas pela memória imediata (que implica no rápido esquecimento), como também pela memória de longo prazo, incluindo não somente a realização de ações, mas também a reflexão sobre as mesmas. Nesta reflexão sobre as ações ou os conteúdos, a possibilidade de utilizar os conteúdos para a compreensão de outros ou para a solução de problemas, também é muito importante e caracteriza o processo de tomada de consciência. Segundo LIMA (2002):

O processo de tornar-se consciente de algo é complexo e função de vários fatores que interagem simultaneamente, como a atenção, percepção, emoção. De acordo com pesquisas recentes com novas tecnologias de imagem, a consciência tem seu equivalente orgânico na formação de uma saliência no cérebro, provocada pela elaboração suficientemente consistente de uma rede neuronal, rede esta que se constitui em função do tempo e forma de exposição do indivíduo a determinado conteúdo (p. 15)

A mediação do professor no processo de incorporação da cultura permite a passagem do educando de formas elementares a formas complexas de desenvolvimento das suas funções psicológicas superiores - percepção, memorização, atenção, pensamento e imaginação -, segundo Oliveira (1993).

Para que se efetive a aprendizagem o professor deve agir como mediador entre o conhecimento sistematizado e o conhecimento do aluno. A propósito, é atuando no nível de desenvolvimento proximal que o professor encontra espaço para sua intervenção: constatando o que o adolescente, jovem ou adulto já consegue realizar sozinho, o professor partilhará com ele seus conhecimentos,

auxiliando-o a realizar tarefas cada vez mais complexas. Por isso é importante ter claro o conceito de mediação: “[...] mediação, em termos genéricos, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação: a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (OLIVEIRA, 2002, p.26).

É de fundamental importância a presença do elemento mediador para a aprendizagem de todos os alunos e especialmente daqueles que possuem mais dificuldade para aprender: o professor tem a função de ser o articulador de todo processo de conhecimento em sala de aula. De acordo com Vasconcellos (2001) a ação do professor deve: provocar - pôr os alunos para pensar, provocar certas necessidades no aluno que deixado a si certamente não apareceriam; dispor – dar condições para que o aluno tenha acesso a elementos novos, propor ações que favoreçam a elaboração do conhecimento de forma crítica, criativa, significativa e duradoura; e interagir – o professor é um mediador qualificado que pode dialetizar com as representações dos alunos. Mediar é, portanto, ensinar o aluno a aprender, ajudar o aluno a desenvolver um método de trabalho.

A obra de Oliveira (1993) sobre a aprendizagem e desenvolvimento humano com base nas obras de Vygotsky apresenta considerações para responder a pergunta inicial deste texto: “Existe um percurso de desenvolvimento, em parte definido pelo processo de maturação do organismo individual, pertencente à espécie humana, mas é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do indivíduo com certo ambiente cultural, não ocorreriam” (p. 56). Desta maneira, quando o professor propõe uma tarefa na sala de aula, ele está intervindo no processo de desenvolvimento de cada um dos alunos.

Cabe ressaltar ainda que, segundo Lima (2002, p. 26): “O processo de aprender é múltiplo. Não há uma única forma de resolver um problema ou de estudar uma língua, ou formar um conceito de história ou ciências”. Isso pressupõe planejar metodologias diversificadas para abordar os conteúdos e, deste modo,

intervir no conhecimento sincrético (pouco elaborado ou de senso comum) do aluno e possibilitar que ele realize sucessivas sínteses, cada vez mais complexas.

Para diagnosticar se o aluno aprendeu ou não o que foi ensinado, o professor planejará, além das propostas de trabalho instrumentalizadoras, outras que sirvam para a avaliação. O educando que tiver se apropriado dos critérios de avaliação para o trabalho desenvolvido, ascenderá a um domínio mais elaborado em relação ao que dominava no ponto de partida. Para os que não obtiverem aprendizado, o professor organizará novos encaminhamentos e novas propostas, diferentes das anteriores, auxiliando na realização das mesmas. Convém salientar que o ponto de chegada anteriormente mencionado servirá como ponto de partida para novas aprendizagens, e assim sucessivamente, e que, se há desigualdade no ponto de partida, deseja-se a igualdade no ponto de chegada.

Para Saviani, a aprendizagem dos conhecimentos considerados essenciais para a compreensão da prática social consiste na “apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem” (2002, p. 71). A escola pública é, afinal, a principal via de acesso da classe trabalhadora ao saber científico e cultural, e cada disciplina, com seu objeto de estudo, contribui para a apreensão das relações entre os homens e a natureza ao longo da história.

Para realizar com qualidade o processo ensino-aprendizagem é primordial o planejamento da prática educativa. Neste aspecto, a teoria e a prática são unidade indissolúvel (CANDAUI, 1996). Como já era entendida pelos gregos, a prática é a expressão de uma intencionalidade, sendo assim indissociada da teoria. A teoria tem o sentido de reflexão. Já toda ação humana consciente não é simplesmente uma prática, mas práxis, ação teórico-prática (VÁSQUEZ, 1968).

O planejamento na prática pedagógica é uma antecipação da ação a ser realizada, como também um ato político de tomada de decisões com a intenção de modificar o que for necessário ao longo da execução de um plano. O planejamento só tem sentido se o sujeito se coloca numa perspectiva de mudança e, portanto, não deve ser o simples cumprimento de uma exigência ou formalidade. Nesta

perspectiva, acentua Vasconcellos: “(...) antes de ser uma mera questão técnica, o planejamento é uma questão política na medida em que envolve posicionamentos, opções, jogos de poder, compromisso com a reprodução ou com a transformação, etc” (1999, p. 41).

O planejamento é uma projeção, em pensamento, da ação pedagógica a ser realizada em determinado período. O fruto concreto dessa elaboração mental é o Plano de Trabalho Docente, que mostra o caminho a ser percorrido, mesmo que ao longo de sua execução tenha que ser adaptado, incrementado ou modificado em alguns aspectos. O Plano de Trabalho Docente deve, necessariamente, articular as seguintes dimensões: análise da realidade (que inclui o conhecimento dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem e o conhecimento do objeto de conhecimento e seus pressupostos, previstos na Proposta Pedagógica), a projeção de finalidades, a elaboração das formas de mediação, de avaliação e de recuperação para quem não se apropriar dos conhecimentos no tempo inicial.

A avaliação visa verificar se os alunos passaram do estágio do senso comum para a consciência crítica dos conteúdos. Sua função é diagnóstica e prognóstica. Olham-se as condições de uma realidade para averiguar as alterações necessárias para que a prática seja construída numa direção desejada.

Segundo Hoffmann (2001), na avaliação mediadora a *diversificação* de experiências educativas (variedade de processos de mediação e avaliação) e a organização de experiências educativas *diferenciadas* (planejamento de atividades articuladas às necessidades e possibilidades individuais) são dois princípios essenciais. Dentre as experiências *diversificadas* a autora sugere: oportunizar experiências sucessivas e complementares; tarefas com diferentes graus de dificuldade para observar o grau de domínio do estudante; realização individual, em pequenos ou grandes grupos; variação dos recursos didáticos e expressão do conhecimento por meio de diferentes linguagens. Este último aspecto parece merecer uma atenção maior, pois o conhecimento aprendido pode ser expresso não apenas pela realização de provas ou trabalhos escritos, mas pelo teatro, por

uma apresentação oral, pela aplicação a uma determinada situação desafiadora, etc..

Sobre o conselho de classe, Vasconcellos (1994) entende que deve focar o processo educativo e não as notas. O objetivo deve ser mudar a qualidade do ensino e não criticar e/ou estabelecer critérios para mudar o aluno ou a sua família. Deste modo, consiste num momento propício de avaliação do aluno, do trabalho do professor, da pedagoga, dos setores administrativos, da direção e dos pais ou responsáveis.

Finalizando, a relação professor-aluno deve ser significativa e estabelecida através de relações de confiança, respeito e mediação: “Instância fundamental no âmbito da escola, do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos”. (PIMENTA, 1985, p. 33).

4.5 Natureza do trabalho educativo

A educação é um trabalho não-material, isto é, trata da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades do conjunto da produção humana. Neste tipo de trabalho o ato de produção e de consumo ocorre inseparavelmente, ou seja, não há um produto final visível de imediato e a mediação exercida hoje pode revelar seus maiores frutos num futuro não tão próximo assim. Daí a importância de conceber a educação como um processo, um trabalho contínuo e cumulativo.

Para compreender a natureza da educação precisamos entender a natureza humana, pois a educação é própria dos seres humanos. “Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”.(SAVIANI, 1992, p.19). Neste raciocínio, acreditamos que por ser uma atividade humana, a educação expressa uma intencionalidade e interfere na produção da história. Como afirma Matos, “o ser humano é em si mesmo um ser de relações e a sua efetivação como sujeito que

se constrói carece de um tecido social” (1997, p.23). Além de social, conforme Paro (1997), o homem é um ser ético, que possui valores, faz escolhas e tem liberdade. Concluindo, a educação do homem, “continua sendo concebida como instrumento de liberdade e para a autonomia, como edificação da personalidade e de suas capacidades por meio da assimilação da cultura” (SACRISTÁN, 2000, p.43).

Para integrar o ser humano na sociedade, o trabalho escolar é centrado no currículo, que segundo Vasconcellos (2002) é o conjunto de atividades desenvolvidas pela instituição, bem como o caminho, o trajeto que o discente percorre na sua formação escolar. E ainda, segundo Saviani, “Currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola” (1992, p.23). O Núcleo são os conteúdos, mas a sua efetivação não exclui o estabelecimento de relações interpessoais pautadas no respeito e na ética.

4.6 Educação Profissional

Educadores e educandos na dimensão da Educação Profissional, devem buscar desenvolver reflexões e ações que favoreçam o desenvolvimento da formação humana em sua plenitude.

(...) pode-se enfatizar o compromisso da educação profissional com a educação básica, compreendida como um direito social e condição indispensável para a superação da perspectiva direcionada para o simples adestramento e adaptação às demandas ditadas pelo mercado. (KUENZER, 2005, p.45)

A Educação Profissional tem por objetivo promover as condições de inserção do estudante no mundo do trabalho, de modo a propiciar a apropriação dos conhecimentos sócio-históricos, auxiliando-o no aperfeiçoamento do seu saber. Essa apropriação contribui para sua formação omnilateral.

A Educação Profissional constitui parte do processo integral de formação dos trabalhadores e, cabe ao poder público contribuir para obter maior qualidade nesta formação. Busca-se também a participação efetiva de todos: escola, empresas, trabalhadores e comunidade. Alguns fatores são determinantes para o alcance dos objetivos educacionais na Educação Profissional: conhecimento da prática social, relação entre conhecimentos técnicos e científicos, participação no mundo do trabalho e no processo social, organização do trabalho e preparação para tomada de decisão, percepção das mudanças sociais e do mundo do trabalho, bem como, as novas perspectivas que influenciam direta e indiretamente as relações dos profissionais no mundo do trabalho. Para tanto, explicitamos as características atuais da oferta da Educação Profissional no Estado do Paraná, especialmente do Colégio Estadual do Paraná.

A Educação Profissional, com a efetivação do Ensino Médio Integrado a partir da publicação do Decreto nº 5154/04 e das políticas Nacional e do Estado do Paraná, buscou superar a dicotomia entre a formação geral e técnica, de modo a imprimir uma concepção de educação politécnica.

No entanto, a política educacional que resultou da implantação do Decreto nº 2208/97 na década de 1990, desvinculou a formação geral da formação técnica e promoveu um processo de “descolarização” do ensino técnico, isto é, as políticas educacionais destinadas à Educação Profissional promoveram uma aproximação muito estreita do ensino às necessidades do mercado de trabalho e da empresa com a escola. As escolas, deste modo, tiveram que se ajustar ao mercado, montando um currículo não mais a partir das disciplinas, mas segundo o perfil ocupacional e as demandas de competências do mercado de trabalho. Portanto, reproduz a perspectiva economicista da educação.

Defendemos, atualmente, uma proposta de escola unitária que contribua para a superação da estrutura social desigual da sociedade. Desta forma, os princípios políticos e pedagógicos assumidos neste Projeto Político-Pedagógico, apontam para a superação definitiva da concepção que separa a educação geral e

propedêutica da específica e profissionalizante, a primeira destinada aos ricos e a segunda, aos pobres.

A perspectiva de construção de uma escola unitária não admite a subordinação da organização pedagógica aos ditames do mercado de trabalho.

O eixo central e organizador do currículo da Educação Profissional é a “categoria trabalho”. Entendemos o trabalho tanto na sua forma ontológica, quanto nas suas formas históricas, penosas, alienantes e desintegradoras do ser humano e dos valores sociais. Em particular, destacamos o trabalho em sua perspectiva ontológica, em que o homem na produção e reprodução de sua existência é constituído não apenas pelo produto do trabalho, mas pela consciência, pela capacidade de representar o ser, o produto, de modo ideal na sua imaginação criadora. Deste modo, que no trabalho, não se modificam apenas as condições objetivas, mas também os próprios produtores que se transformam, criam novas linguagens e formas de se relacionar.

O conceito de mundo do trabalho, portanto, inclui as atividades materiais, produtivas, assim como todos os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida.

Ao entendermos a Educação Profissional nessa perspectiva, não é possível simplificá-la como um “ensino profissionalizante”, reduzindo-a ao exercício de práticas laborais desconectadas da complexidade das relações sociais que estão na base dessas ações.

O Colégio Estadual do Paraná busca as ferramentas teórico-práticas que permitem incorporar essa visão, através do trabalho de equipe que envolve Direções, Divisão Educacional, Coordenadores de cursos, corpo docente e discente, para construir uma prática educativa articuladora da relação trabalho-educação e ciência-tecnologia-cultura.

4.7 Gestão democrática: as instâncias colegiadas

Considerando o movimento do pensamento que adotamos ao longo do texto, a razão de ser da gestão democrática da educação funda-se, notadamente, na garantia de qualidade do processo de formação humana que possibilitará ao educando crescer e, através da apropriação dos conteúdos do ensino, que são conteúdos vinculados à prática social, humanizar-se, isto é, tornar-se mais humano.

Assim, para Pimenta (1985), a democratização da escola pressupõe na passagem das camadas populares, de um conhecimento *sincrético* (fragmentado) para um conhecimento *sintético* (mais crítico, um novo saber). Exige entender como o aluno aprende para saber ensiná-lo, ter consciência de que os métodos não são neutros e de que é necessária uma prática coletiva organizada na escola, que também garanta o acesso e a permanência do aluno.

Em resumo, a gestão democrática da escola pública requer, antes de mais nada, a qualidade formal (condições de estrutura física, administrativa, equipamentos) e política (qualidade para todos, garantia de acesso e permanência na escola).

A outra base para a construção de uma relação democrática é o diálogo que se assenta no respeito: relativizar nosso próprio ponto de vista e nos dispormos a ouvir os outros. O diálogo só é verdadeiro e frutífero se houver um esforço de aproximação ao outro, de compreender a história que o constituiu. Cabe ressaltar que o respeito pressupõe um princípio inegociável – uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos os filhos daqueles que vivem do trabalho, engajada pela justiça social.

Gestão democrática é a participação efetiva na construção da qualidade da formação humana. Já participação, do latim *participare*, significa fazer e tomar parte, além de assumir e anunciar o projeto coletivo de maneira ativa e compromissada, como se fosse seu.

A garantia da gestão democrática, segundo Ilma Passos Veiga, em entrevista concedida à TV Paulo Freire, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, e Vitor Paro (2000), é a participação, entendida como processo político no

qual se discute, se acompanha e se avalia o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da escola. Esse processo se efetiva de modo especial pela participação nas instâncias colegiadas da escola - Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais, Mestres e Funcionários, Grêmio Estudantil, Conselho de Representantes de Turma – e nas Assembléias Gerais.

Os elementos essenciais para a gestão colegiada e que sustentam a construção de um trabalho coletivo e de um sentimento de pertença são: diálogo, cooperação, respeito, ética, confiança, transparência, integração, união, consenso e responsabilidade. Neste sentido, as instâncias colegiadas são espaços de formação de lideranças e de aprender a lidar com a grande diversidade cultural que adentra a escola (combate aos preconceitos – de raça, gênero, etc, – compreensão de que o conceito de família mudou, combate à violência e às drogas, etc), questões que não são de competência exclusiva da escola.

Eis, pois, que o Projeto Político-Pedagógico se constrói em movimento, é participativo, no sentido de se superar a dicotomia entre o planejamento e a execução. Na história da educação o termo Projeto aparece esporadicamente. Projeto é uma palavra que vem de outras áreas, como economia e arquitetura. Pelo fato de a educação ser concebida como um ato político e de emancipação, a expressão Projeto Político-Pedagógico, terminologia sacramentada pelo Instituto Paulo Freire, representa uma ação inseparável da perspectiva pedagógica, de processo e de participação. O Projeto Político-Pedagógico pode ser concebido sob essa perspectiva Edificante (de formação para a emancipação – pela apropriação do conhecimento historicamente elaborado e participação nas instâncias colegiadas) ou ainda sob a perspectiva técnica ou burocrática, caracterizando uma obrigação ou uma visão conservadora, mas prevalece a primeira, pois PPP hoje se tornou indispensável.

5 MARCO OPERACIONAL

5.1 Introdução

À luz dos fundamentos teóricos apresentados no Marco Conceitual, estabelecemos no Marco Operacional as propostas de ação (atitudes, estratégias, metas, normas) aptas a diminuir a distância entre o real e o ideal.

Por estarem alicerçadas na construção coletiva, as propostas de ação implicam uma visão de conjunto e o compromisso coletivo com a efetivação da transformação anunciada.

5.2 Ações a serem implementadas no Colégio Estadual do Paraná

Diante do diagnóstico apresentado no Marco Situacional, definimos algumas grandes linhas de ação e as respectivas estratégias / metas para efetivar a transformação necessária na prática administrativa e pedagógica da Instituição.

Na sequência detalhamos cada uma das linhas de ação e entendemos que todas estão articuladas entre si. Desta forma, a transformação do conjunto representará a efetivação do Projeto Político-Pedagógico que queremos.

5.2.1 Elevar o desempenho acadêmico dos alunos.

Metas	Responsável	Prazos
- Proporcionar meios para que o aluno reforce seu compromisso com o processo ensino-aprendizagem, por meio de atividades teórico-práticas.	Alunos, professores, pedagogos.	Contínuo.
- Estabelecer uma comunicação clara com o aluno.	Professores.	Contínuo.

- Resgatar as saudações, cumprimentos e respeito na dinâmica de relacionamentos sociais.	Todos	Contínuo
- Estimular o aluno para práticas mais organizadas de estudo (diário), eliminando as práticas imediatistas. - Desenvolver nos alunos o interesse pela sua promoção humana (educação). - Criar o hábito do estudo e da pesquisa. - Conscientizar os alunos sobre a importância do conhecimento. - Cobrança justa e conjunta professor/ aluno/ família. - Construir responsabilidades quanto ao processo aprendizagem (aluno/ família);	Professores, equipe pedagógica, família.	Progressivo e contínuo.
- Aumentar o tempo dedicado ao estudo domiciliar. Em reunião com pais, a Direção e a Divisão Educacional podem conscientizar a família quanto à importância do hábito de estudos.	Aluno, familiares, Direção, Divisão Educacional.	Intensificar nos primeiros meses. Acompanhar o ano inteiro.
- Incentivar a pesquisa em fontes diversificadas e orientar a apresentação do que aprendeu de formas diversas (escrita, verbal, corporal, visual, utilização de multimeios). - Utilizar a estratégia da pesquisa para o aprofundamento de conteúdos. - Diversificar a metodologia e o uso dos recursos didáticos nos blocos de conteúdos.	Professores, equipe pedagógica, família.	Progressivo e contínuo.
- Desenvolver projetos que contribuam para a elevação da aprendizagem do aluno.	Todos.	Constantemente.
- Realizar o nivelamento: criar condições para a apropriação dos conteúdos novos da série, entendendo que a ausência desses conceitos básicos dificulta a aprendizagem. - Retomar o conteúdo sempre que for necessário.	Professores	Em torno de 2 semanas a 1 mês, dependendo do número de aulas de cada disciplina e das necessidades.
- Oferecer a recuperação em contra-turno nas disciplinas de Matemática, Física, Língua Portuguesa e Química, com professor a disposição do aluno com dificuldade.	Equipe Pedagógica, professores, direção e família.	Após a primeira parcial.

- Reduzir o número de alunos por turma.	Direção, secretaria.	No início do ano letivo.
- Cumprimento das normas constantes no Regimento Escolar e Guia do Aluno. - Relação respeitosa entre todos (direção, professores, funcionários, pedagogas e alunos).	Todos	Permanentemente.
- Resgatar a motivação pelo estudo, mostrando as diferentes oportunidades de crescimento individual / intelectual que o CEP oferece. Ex: Biblioteca, laboratórios de Química, Física, Biologia e informática, oficinas da Escolinha de Arte, CELEM, Esportes, etc.	Todos.	Constantemente.
- Utilizar os recursos tecnológicos disponíveis. - Estimular o uso de mais tecnologias de informação e comunicação (TICs). - Compreender que as novas ferramentas educacionais não são um fim em si e apenas um instrumento a mais no processo educacional, não devendo descartar os antigos (por exemplo: enciclopédia). - Modernização dos equipamentos. - Melhoria da qualidade de atendimento, dos programas, da quantidade e qualidade dos equipamentos do setor de Mídias.	Professor, estudante, equipe pedagógica e direção.	Permanentemente.
- Estabelecer objetivos, metodologia e avaliação claros.	Todos	Contínuo e permanente.
- Incentivar a leitura crítica e a pesquisa científica. - Promover debates, seminários, trabalhos em grupos. - Promover a compreensão, pelos alunos, de que devem se responsabilizar pelos seus aprendizados.	Professor, equipe pedagógica, pais, direção e alunos.	Durante o ano letivo.
- Incentivar o desenvolvimento de grupos de estudo entre os alunos.	Professores/ Setor Pedagógico.	Constantemente.
- Incentivar e promover o hábito de estudo extra-classe. - Aprender a pesquisar na internet, com seleção qualitativa das fontes. - Aprender a pesquisar em livros da biblioteca.	Professores, alunos, funcionários.	Trabalho contínuo, a longo prazo. Início imediato.

- Incentivar o desenvolvimento do espírito crítico.		
- Maior interação entre professores e responsáveis da biblioteca para a realização de atividades educativas.	Professores/ responsáveis pela Biblioteca.	Constantemente.
- Orientar hábitos e métodos de estudos aos alunos, além do Controle de Rendimento e Frequência.	- Professores e Pedagogas	No início do ano letivo.
- Resgatar valores sociais e motivar os alunos a assumirem suas responsabilidades.	Pedagogas/ Ed. Física/ Sociologia/ Filosofia.	Ano todo.
- Incentivar a participação dos alunos nas diversas olimpíadas do conhecimento (Matemática, Física, Química, Português etc) e promoção das Olimpíadas internas do Colégio em diversas áreas do conhecimento.	Todos	Ano todo
- Estabelecer regras mais rígidas e punições adequadas, não passando tudo para os pais (a partir dos 14 anos responsabilizar por seus atos).	Direção, pedagogas, regimento.	Desde o início.
- Requerer, junto aos órgãos competentes, auxílio para inibir a permanência de alunos nas proximidades da escola em horário de aula. Ex: Passeio Público, pracinha atrás do prédio.	Direção em trabalho articulado com os órgãos competentes.	Desde o início do ano letivo.
- Não permitir a permanência de alunos, com uniforme, em horário de aula, na frente da escola.		Desde o início.
- Elaborar os instrumentos de avaliação com base na realidade do trabalho pedagógico desenvolvido com a turma. - Repensar o processo de avaliação.	Professores, pedagogas.	Intensificar nos primeiros meses. Acompanhar o ano inteiro.
- Programar procedimentos diferenciados para executar a mediação do desempenho acadêmico dos alunos.	Professores.	Ano todo.
- Desenvolver cursos aos professores sobre técnicas de elaboração de instrumentos de avaliação.	Divisão Educacional.	Semanas pedagógicas.
- Desenvolver cursos aos professores para compreensão de como se aprende e que mecanismos devem ser respeitados para que a aprendizagem aconteça.	Divisão Educacional.	Semanas Pedagógicas.
- Valorizar e estimular a leitura de alunos, professores, funcionários, pedagogas e	Equipe Pedagógica Biblioteca	Em curto prazo.

famílias dos alunos. - Instituir um horário reservado para a leitura em todo o colégio. - Instituir uma comissão para estudar a possibilidade de realizar o projeto Campanha do Livro Itinerante. - Retomar o projeto “Sedução Poética”.		
- Organizar com clareza e objetividade o cronograma de organização do trabalho docente e compartilhá-lo com os alunos.	Direção, Equipe Pedagógica e Professores.	Início de cada etapa.
- Garantir a disciplina e o foco no aprendizado pelo compromisso entre alunos, professores, funcionários e pais.	Todos	Contínuo.
- Evitar alterações frequentes de horário.	Direção.	Constantemente.
- Fazer um levantamento do perfil do aluno do noturno para implementar ações pedagógicas diferenciadas, se for o caso.		
- Instalação de armários nas salas de aula para disponibilizar os livros didáticos. - Garantir que, além de ter livros didáticos em sala de aula, o aluno possa ter um exemplar de cada disciplina em casa.	Direção	Primeiro semestre de 2009.

5.2.2 Instituir uma rede de comunicação e de informação devidamente qualificada entre professores, pedagogas, funcionários, direção, pais e alunos.

Metas	Responsável	Prazos
- Diminuir o uso de papel e ampliar o uso da informática e de multimeios. - Comunicar-se com professores e pais via correio, internet e circulares. - Criar e-mail coletivo. - Treinamento para uso da internet. - Criar escaninho para professores.	Todos.	Contínuo.
- Painel comunicativo na sala dos professores / mural atualizado.	Direção e equipe pedagógica.	Constante
- Criação de uma intranet no Colégio (extensiva a toda a comunidade escolar).	Infocep e Celepar.	Curto prazo.
- Criação de grupos na internet (das áreas específicas).	Setor pedagógico, professores.	Curto prazo.
Criar boletim informativo mensal do CEP de circulação interna.	Setor de Comunicação em conjunto com os setores.	Primeiro semestre de 2009

- Criar Jornal Mural para afixar nos corredores (jornais com letras grandes)	Setor de Comunicação em conjunto com setores	Primeiro semestre de 2009
- Edição de um jornal interno para: leitura/participação de professores, alunos, funcionários, familiares, etc.	Setor de Comunicação, professores, pedagogas, alunos, funcionários.	A longo prazo.
- Atendimento da direção auxiliar e equipe pedagógica quando solicitada por questões de disciplina e pouco rendimento dos alunos.	Direção Auxiliar e Divisão Educacional.	Contínuo.
- Reequipar os diversos setores com computadores que incorporem as recentes tecnologias.	Direção Geral e Infocep.	Curto prazo.
- Elaboração de um edital de divulgação das atividades complementares, como: esportes, artes, línguas e outros.	Coordenação das áreas envolvidas, setor de comunicação.	Mensal.
- Realizar reuniões da direção e divisão educacional com professores e funcionários mais freqüentes.	Direção e Divisão Educacional.	4 a 5 reuniões durante o ano.
- Focalizar na importância da participação dos pais / responsáveis na escola.		
Realizar reuniões com pais e professores na entrega de boletins e convocá-los quando se fizer necessário.	Professor, pedagoga e direção.	2 reuniões durante o ano.
- Efetivar o uso dos murais do CEP.	Direção Geral/ Direção Auxiliar/ Divisão Educacional.	1º bimestre de 2009
- Decidir em Assembléia Geral as questões que envolvam a comunidade escolar. Antes dessas assembléias podem ocorrer reuniões de pequenos grupos que levantem as estratégias para encaminhar à apreciação do grande grupo.	Toda a comunidade escolar.	Permanentemente.
- Orientar/repassar com mais atenção informações de eventos para o pessoal da recepção.	Direção, Setor de Comunicação	Contínuo
- Atividades sociais que envolvam todos os membros da instituição escolar.	Direção, equipe administrativa.	Permanentemente.
- Convocação dos pais de alunos com dificuldades de aprendizagem ou sempre	Equipe Pedagógica e Professores.	Sempre que necessário.

que necessário.		
- Promover atividades de integração, motivação, comunicação e relações interpessoais através de brincadeiras, artes, jogos, expressão corporal.	Professores e pedagogas.	2 primeiras semanas de aula.
- Construir relações a partir do diálogo e não do monólogo; a partir da efetividade. - Abertura e transparência na comunicação das decisões da direção. - Gestão da comunicação para evitar diz-que-diz e fofocas, bem como o sentimento de desorientação. - Evitar informações ambíguas.	Educadores, educandos e suas respectivas famílias.	Contínuo.
- Realizar as reuniões em horários adequados, para que as partes interessadas possam comparecer.	Direção e Divisão Educacional	
- Elaborar um FAQ (perguntas frequentes) no <i>site</i> da escola.	Setor de Comunicação.	1º semestre de 2009
- Leitura constante das informações em edital.	Professores e funcionários.	Todo ano letivo.
Utilização da Rádio Intervalo para informes de maior relevância.	Grêmio.	1º semestre
- Atualização do organograma da escola com as suas atribuições respectivas.	Direção Geral.	Imediato.
- Realizar as devolutivas dos encaminhamentos por escrito para os professores.	Direção Auxiliar e equipe pedagógica.	Constantemente.
- Realizar os encaminhamentos em papel carbonado.	Professores.	Constantemente.
- Agilizar orientações para o Livro Registro de Classe.	Divisão Educacional.	Imediato.
- Organizar o repasse das informações da Secretaria sobre alunos remanejados, transferidos e notas parciais para os professores.	Secretaria.	Constantemente.
- Organizar planilhas eletrônicas para o registro de notas e cálculo da média ponderada anual.	Direção Geral, Divisão Educacional	Primeiro Semestre de 2009
- Avaliar e discutir com o corpo docente as alterações referentes ao número de aulas, número de turmas e organização curricular (blocos de disciplinas).	Direção Geral.	Imediato e constantemente.
- Comunicar com antecedência as séries que o professor deverá assumir no ano	Direção Geral e Auxiliar.	Imediato.

letivo.		
- Criar de banco de dados integrado no Colégio, em setor próprio (fatos importantes).	Setor de informática e Comunicação.	Primeiro Semestre de 2009

5.2.3 Realizar uma prática educativa fundamentada no desenvolvimento de valores necessários à formação humana dos sujeitos do processo educativo.

Metas	Responsável	Prazos
- Resgatar valores que envolvem alunos, professores e comunidade escolar, como respeito entre pares, diálogo, postura, formalidade, mas sem ser moralistas. - Respeito de professores para com alunos. - Respeito de alunos para com professores e entre os alunos.	Todos.	Processo contínuo, que deve ser retomado sempre.
- Deixar claro para o aluno os valores que estão sendo trabalhados em sala de aula.	Professores e pedagogas.	Diário.
- Contemplar objetivos e metodologias relacionados aos valores nos planejamentos de aulas e projetos.	Professores e pedagogas.	Bimestral e/ou semestral.
- Criar grupos com reuniões espontâneas para a reflexão e prática de valores universais (justiça, vida, respeito, solidariedade, tolerância, etc).	Direção de turno, Grêmios estudantil, professores interessados.	Semestral.
- Permitir a aplicação ou apresentação de projetos de inclusão social desenvolvidos por graduandos, mestrandos, doutorandos e professores da UFPR, para que o aluno desenvolva hábitos de estudo e compreenda a educação formal enquanto ferramenta de transformação.	Divisão Educacional com a parceria da UFPR.	Durante o ano letivo.
- Estabelecer relações de respeito à diversidade, de ética, afetividade, seriedade, justiça, coerência, responsabilidade e solidariedade.	Todos	
- Dar continuidade ao desenvolvimento de atividades complementares culturais, esportivas e artísticas.	Todos, em especial a Escolinha de Arte, o setor de Esportes e o OACEP	Contínuo
- Continuar trazendo os pais para a instituição para que fiquem cientes da realidade escolar.	Todos	Constantemente
- Cumprimento dos direitos e deveres de	Todos	Contínuo

cada segmento da escola.		
- Promover a participação dos alunos em eventos sociais e em atividades oferecidas pelo Colégio. - Propor trabalhos sociais voluntários envolvendo alunos e professores.	Professores, alunos, direção, equipe pedagógica, pais / responsáveis.	Contínuo
- Apresentar a peça teatral Antígona a todos os alunos do CEP e promover a discussão a cerca de alguns conceitos relativos a valores, como: poder, justiça, diferenças, gênero, etc.	Escola de Artes (GRUTA).	Primeiro mês de aula
- Abordar em sala de aula, nas diversas disciplinas, os conceitos trabalhados pela peça.	Todos os professores.	Contínuo
- Promover palestras para as famílias e alunos sobre valores, tópicos de cidadania e convivência humana.	Direção Geral/ Divisão Educacional.	1º ano letivo.
- Instituir um programa de formação humana com respeito a valores como: diversidade, respeito, solidariedade, com atuação direta de alunos e educadores.	Professores, funcionários, alunos, pedagogos.	Curto prazo. Início imediato.
- Resgatar os valores sociais, como a responsabilidade.	Pedagogas/ Ed. Física/ Sociologia/ Filosofia.	Contínuo
- Realizar trabalho de orientação pedagógica com as turmas, em forma de conversas com grupos menores.	Pedagogas	Contínuo
- Reiterar as práticas de bom comportamento em sociedade.	Direção, professores, pedagogos, funcionários.	Contínuo
- Identificar e repensar o verdadeiro papel do pedagogo.	Direção Geral, coordenação pedagógica, professores.	Imediato.
- Contratar psicólogos para atuarem no Colégio.	SEED, Direção Geral.	Imediato.
- Manter o compromisso com o processo de ensino-aprendizagem levando em consideração que este acontece o tempo todo (tomar consciência do Currículo Oculto). - Ser um bom exemplo quanto à postura e o respeito, desde as vestimentas até as	Professores, funcionários, pedagogos, direção, técnicos.	Contínuo

relações entre colegas de trabalho e alunos. - Fazer intervenções sempre que necessário, não ser omissos a situações vexatórias.		
- Comprometer-se com os princípios que norteiam a educação, de modo especial com o resgate de valores.	Todos.	Imediato/ constantemente.
- Reforçar as regras quanto ao uso de celular, chicletes, pirulito, drogas, etc....	Todos	Imediato/ constantemente.

5.2.4 Organizar as rotinas da escola e da sala de aula.

Metas	Responsável	Prazos
- Programar, por turno, um dia mensal para discutir em grupos de alunos, professores, funcionários e pais, as falhas da prática escolar e elaborar novas propostas de ação.	Direção Geral	Imediato
- Encaminhar à Direção ou Equipe Pedagógica apenas as situações que não puderem ser resolvidas em sala de aula, ou seja, fazer análise rigorosa da necessidade e coerência do encaminhamento, mediante avaliação do aluno e da prática docente.	Professores	Contínuo
- Ter maior rigor na análise e devolução dos encaminhamentos de alunos feitos pelos professores. - Apresentar um retorno ao professor e comunicar os pais quando o professor encaminhar o aluno para o setor pedagógico por indisciplina, baixo rendimento e/ou frequência. - Comunicar os pais através de outros meios se os mesmos não comparecerem ao serem convocados.	Pedagogas, diretores	Contínuo
- Rever a organização pedagógica das rotinas referentes a cada disciplina, bem como qualificar espaços pedagógicos. - Elaborar e cumprir o Plano de Trabalho Docente.	Direção Geral e Auxiliar, Divisão Educacional e coordenadores.	Contínuo
- Reelaborar a Proposta Pedagógica do Colégio, detalhando os conteúdos para cada série e os respectivos critérios de avaliação.	Divisão Educacional: pedagogas, professores.	2º e 3º trimestre de 2009
- Desenvolver o seu trabalho no espírito de propiciar o bom atendimento a todos e de	Todos.	Diário.

fazer o melhor uso dos recursos públicos.		
- Ler e discutir com os alunos o Regimento Escolar na primeira semana de aula, com retomadas durante o ano letivo.	Pedagogas e diretores de turno.	1ª semana de aula e durante o ano, quando necessário.
- Planejar aulas didaticamente viáveis.	Equipe pedagógica e professores.	Permanentemente.
- Evitar mudança de horários das aulas.	Direção, professores	Contínuo
- Estabelecer regras claras, não mudá-las constantemente (atrasos, uniformes, utilização da carteirinha, etc) e cumprí-las diariamente.	Todos os segmentos da escola.	Diário
- Roda de conversa, cinco minutos antes do início da aula.	Professores	Eventualmente
- Retomar a realização de projetos extracurriculares, como visitas a museus, exposições, sítios arqueológicos e históricos, assentamentos, comunidades indígenas, áreas de quilombolas, etc...	Professores, pedagogas e diretores.	Ano todo.
- Criar espaços alternativos ao ar livre. - Manter as rotinas necessárias e inovar sempre a prática pedagógica.	Professores, direção.	
- Socializar as normas e rotinas já estabelecidas e que todos devem cumprir, como os relativos a horários e documentações. - Permitir que as experiências de todos os funcionários e educadores sejam compartilhadas para melhor orientação dos alunos quanto ao processo ensino-aprendizagem.	Direção e Equipe Pedagógica.	Imediato e permanente.
- Orientar os alunos no acesso aos diversos locais do Colégio (campo, quadras, pista etc), especialmente no início do ano letivo.	Direção, professores, funcionários, alunos.	Curto prazo.
- Abrir espaço para sugestões de alunos, professores, direção, funcionários e pais/responsáveis.	Todos	Curto prazo.
- Planejar coerentemente o fluxo dos processos relacionados aos alunos, professores e pedagogas (solicitação de 2ª chamada, revisão de provas, tarefa domiciliar, justificativa de faltas, readaptação, alunos transferidos).	Divisão Educacional (equipe pedagógica e professores), Secretaria (Protocolo) e Direção.	Curto prazo

- Organizar, cumprir e fazer cumprir um cronograma para as diversas práticas pedagógicas em sala de aula.		
- Apagar o quadro antes de sair da sala.	Professor.	Imediato
- Criar o hábito de manter a sala limpa.	Professor e funcionários.	Imediato
- Criar um contrato entre professor e aluno deixando claras as rotinas das aulas. Reavaliar o contrato de tempos em tempos. Disponibilizá-lo aos alunos.	Professor e aluno.	Imediato e constantemente
- Garantir e melhorar a formação dos representantes de turmas.	Pedagoga Responsável	Desde o início do ano letivo.
- Compreender que estudar é uma tarefa difícil, mas também prazerosa.	Professores, alunos	Imediato
- Organizar a metodologia em função do tempo, do conteúdo e de modo que possibilite uma aprendizagem qualitativa.	Pedagogas, professores.	Contínuo
- Apresentar o cronograma / programação de atividades com clareza e objetividade.	Direção Geral.	Imediato.
- Informar o aluno sobre sua responsabilidade de arquivar as avaliações enquanto documentos.	Professores e pedagogas	Constantemente.
- Cumprir as regras referentes à entrada e saída de alunos da sala de aula, previstas no Regimento Escolar e Guia do Aluno.	Todos	Constantemente
- Cumprir horário de entrada e saída em sala de aula.	Alunos, professores.	1º trimestre.
- Disciplinar a circulação dos alunos nos corredores.	Inspetor e Direção Auxiliar.	1º trimestre.
- Registrar/realizar o controle de frequência dos alunos.	Professor, pedagogos e alunos.	Constantemente
- Informar a real situação do aluno (remanejado, transferido, desistente) em edital na sala dos professores e/ou por outras formas que se revelem eficazes.	Secretaria.	Constantemente
- (Re)Elaborar o Regimento Interno e o Regimento Escolar.	Todos, com apoio da SEED	2009

5.2.5 Qualificar a organização, manutenção e conservação do patrimônio escolar e humano.

Metas	Responsável	Prazos
- Realizar atividades voltadas à formação de valores estéticos e à conservação do patrimônio escolar, com ênfase na abordagem de que o patrimônio do CEP é um bem público, fruto do trabalho da sociedade, e que ninguém tem o direito de depredar este bem.	Professores, alunos, pais, pedagogas, direção, assessoria jurídica.	Intensificar no começo do ano e relembrar o ano inteiro.
- Cumprir a norma que trata do ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público e de terceiros.	Direção	Contínuo
- Assistir e debater vídeos educativos para a qualificação, organização, manutenção e conservação do patrimônio público e privado.	Equipe pedagógica.	1º semestre do ano letivo. Retomar quando houver necessidade.
- Viabilizar a participação professores, pedagogas e funcionários em cursos de capacitação, seminários, congressos, etc.	Equipe administrativa e pedagógica	Permanentemente.
- Ter funcionárias responsáveis por cada corredor.	Direção e GAA	Contínuo.
- Responsabilizar cada um na sua função, pelo seu trabalho.	Direção e Chefias	Contínuo
- Desenvolver trabalho educativo sobre noções de Patrimônio Cultural e histórico e sobre a história do CEP para os alunos novos.	Professores das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Português, Geografia.	Primeiro bimestre.
- Manter e conservar o patrimônio.	Todos	
- Respeitar e valorizar o patrimônio humano, ouvindo e aproveitando o conhecimento e as habilidades dos profissionais.	Todos.	Permanente.
- Aperfeiçoar os setores responsáveis pela gestão dos funcionários (GAA, GARH), para que suas ações sejam eficientes.	Direção Geral.	Primeiro Semestre.
- Valorizar os funcionários que desenvolvem eficientemente suas funções.	Chefias dos grupos auxiliares afins e direções.	Ano todo.
- Manter quadro de funcionários em número adequado às necessidades e com qualificação nas áreas que apresentam demanda.	Direção Geral, GARH.	Ano todo.
- Realizar cursos de qualificação e aperfeiçoamento para os funcionários, nas suas diferentes funções.	Direção, Divisão Educacional com auxílio da Escola de	Semestralmente

	Governo.	
- Organizar um projeto para divulgação do valor do patrimônio histórico e cultural do CEP.	Museu Guido Straube	Após encerrar projeto de pesquisa atual com a UFPR.
- Informar sobre a responsabilidade penal do desacato aos funcionários e professores.	Assessoria jurídica.	2º trimestre
- Conservar em bom estado os equipamentos e as cortinas. - Eliminar o consumo de alimentos e chicletes na sala.	Todos	Permanente
- Discutir com os alunos as normas de conduta em todas as dependências do CEP.	Equipe pedagógica, direção e professores.	Imediata e constantemente.

5.2.6 Ampliar e qualificar o acesso e o desempenho na utilização de recursos tecnológicos nas tarefas organizativas docentes e discentes.

Metas	Responsável	Prazos
- Promover o acesso aos laboratórios de informática. - Reorganizar e tornar mais ágil o agendamento das aulas nos laboratórios de informática. - Evitar danos a equipamentos ou inacessibilidade de parte dos equipamentos dos laboratórios de informática, através do acompanhamento dos técnicos.	Direção, Divisão Educacional, GAA, Infocep.	Primeiro semestre de 2009
- Disponibilizar mais recursos tecnológicos e humanos para a produção de material audiovisual.	Direção, GARH	Primeiro semestre de 2009
- Intensificar a oferta de formação continuada sobre a utilização da TV Pen Drive e de ferramentas da informática, em especial do sistema operacional Linux. - Integrar a oferta de formação técnica com a formação pedagógica. - Disponibilizar profissionais para dar orientação sobre a utilização dos recursos tecnológicos, quando necessário.	Direção, Divisão educacional, Núcleo Regional de Educação, Infocep, Multimeios.	Semestralmente, com esclarecimento de dúvidas quando houver.
- Melhorar recursos multimídia disponíveis. - Disponibilizar mais duas televisões para a Escolinha de Arte.	Direção, GAA.	Primeiro trimestre de 2009
- Disponibilizar boa parte das horas-atividade para que o professor possa preparar material	Divisão Educacional	Semanal.

com recursos tecnológicos.		
- Criar ilhas de acesso à internet na biblioteca.	Direção, Infocep	Segundo semestre de 2009
Informatizar o registro de notas e frequência, bem como o cálculo da média, mediante utilização de planilhas eletrônicas.	Direção, Divisão Educacional, Secretaria, Infocep	Segundo semestre de 2009
- Ampliar o acesso a internet via rede wireless nos espaços do CEP.	Direção, GAP com apoio da SEED	Primeiro semestre de 2009
- Agendamento de visita da Biblioteca para levar os alunos.	Biblioteca, professores	Contínuo
- Organizar horários e pessoal responsável, de modo que os laboratórios possam ser usados durante todos os períodos de funcionamento do Colégio.	Coordenação dos laboratórios de informática.	Permanentemente.
- Manutenção dos equipamentos.	GAA	Contínuo
- Disponibilizar mais computadores para professores e alunos.	Direção Geral.	Curto prazo.
- Utilizar, sempre que possível, os recursos em sala de aula.	Professores	Durante todo o ano letivo.
- Informar os recursos existentes para que os professores possam se organizar em relação às novas tecnologias. - Elaborar manual / guia com regras para utilização dos recursos disponíveis.	Multimeios.	Ano letivo.
- Incentivar a produção de material didático e o emprego de metodologias que explorem os recursos tecnológicos.	Direção, Equipe Pedagógica, Professores.	Permanentemente
- Disponibilizar mais computadores com entrada para Pen Drive.	Infocep.	Imediato
- Agilizar a entrega dos controles das TVs Pen Drive para os professores.	Multimeios	Constantemente.

5.2.7 Organizar um ambiente escolar agradável e comprometido com o desempenho intelectual, moral e afetivo do aluno.

Metas	Responsável	Prazos
- Realizar a reforma das instalações do CEP e projetar instalações que viabilizem projetos de longo prazo.	Direção Geral, GAP, SEED, empresas	Novembro de 2009 a Fevereiro de 2010
- Realizar atividades de integração e de promoção do respeito entre alunos, professores, equipe pedagógica, direção e funcionários.	Todos.	Contínuo.

- Promover atividades multiculturais, como festivais, concursos, oficinas, campeonatos e pesquisas de campo.	Divisão Educacional, Setor de Atividades Complementares / Diversidade e professores.	Ano letivo.
- Realizar intervalo dirigido com atividades artísticas, culturais, recreativas e esportivas.	Professores do projeto "diversidades" (???), professores com carga horária direcionada para esse fim, pedagogas, funcionários.	Semanal, Quinzenal ou Mensalmente
- Promover palestras, debates e discussões sobre valores, diversidade, violência, sexualidade, saúde, higiene e inclusão para toda a comunidade escolar. - Promover reuniões e discussões com os alunos sobre o seu desempenho individual e o desempenho coletivo da turma.	Direção, Divisão Educacional, NRE/SEED, professores, profissionais convidados	Bimestralmente
- Colocar poltronas confortáveis nas salas de hora-atividade.	Direção, GAP, GAA	Após a reforma do colégio
- Compor os ambientes com mais verde (plantas).	Direção, GAA, e qualquer outra pessoa que se disponha a ajudar.	A qualquer tempo
- Discutir com a comunidade a pintura com cores vivas.	Direção	Antes da reforma do colégio
- Discutir alternativas para acabar com os sinais (sirenes).	Todos	Segundo semestre de 2009
- Criar e equipar o Laboratório de Língua Portuguesa.	Direção Geral, GAA, Divisão Educacional	Primeiro semestre de 2009
- Criar setor de assistência médica e psicológica.	Direção, GAP	2009
- Promover treinamento de relações humanas.	Direção, Divisão Educacional, Escola de Governo	Anualmente
- Criar um ambiente solidário e uma postura de assumir responsabilidades e respeitar as diferenças humanas. - Manter um bom relacionamento entre professor, aluno e funcionário, através do respeito, da ética e da cordialidade.	Todos.	Permanentemente
- Tornar as reuniões pedagógicas mais atraentes.	Direção Geral, Equipe Pedagógica.	Curto prazo, permanentemente.

- Reduzir a quantidade de alunos na sala de aula.	Direção Geral.	Curto prazo.
- Instalar armários para guardar livros didáticos, dicionários e materiais dos alunos.	Direção Geral.	Primeiro semestre de 2009
- Apropriar-se de conhecimentos para ter domínio da sala de aula. - Propiciar práticas de aulas dialógicas.	Professor e aluno.	A médio prazo. Esta prática tem que começar imediatamente até criar o hábito de todos.
- Retomar o momento cívico.	Direção Geral.	Imediato.
- Prever no cronograma e organizar atividades nas datas cívicas, divulgando-as com antecedência.	Divisão Educacional, Direção	Anualmente
- Proporcionar ao aluno atividades de reflexão sobre o espaço que utiliza (sala de aula, vestiários, banheiros, etc...).	Todos.	Constantemente.
- Formar rede de comunicação entre todos os envolvidos no processo de aprendizagem: alunos, professores, pedagogos, funcionários, pais / responsáveis e diretores	Alunos, professores, pedagogas, direção, funcionários.	Imediato.
- Ampliar o quadro de funcionários de serviços gerais para manter a organização e limpeza das salas.	Direção.	Imediato
- Promover a formação continuada dos professores: palestras, grupos de estudo, orientações didáticas por disciplina com pedagogas.	Direção, Equipe Pedagógica.	Na hora-atividade.

5.2.8 Intensificar o conhecimento e utilização das normas de funcionamento do colégio, enquanto princípio de organização do trabalho docente e discente.

Metas	Responsável	Prazos
- Retomar sempre com os alunos as normas do colégio e da sala de aula (estabelecidas coletivamente e que expressam unidade de ação).	Professores (em especial os professores conselheiros), funcionários, equipe pedagógica, direção.	Contínuo.
- Ler/conhecer o regimento e regulamentos do CEP, problematizá-los e utilizá-los.	Alunos, professores, pedagogas, diretores, funcionários.	Imediato e constantemente.

- Explicar as regras de funcionamento da escola (mediante estudo do Guia do Aluno) e de cada disciplina.	Professores.	Primeira semana de aula
- Promover reuniões para reforçar o cumprimento do Regimento Escolar.	Equipe pedagógica, Direção.	No começo do ano letivo.
- Inserir o Guia do Aluno no site do CEP.	Setor de Comunicação	Início do ano letivo
- Repassar cópia do regimento escolar para corpo docente.	Direção, equipe pedagógica.	Anual.
- Promover palestras com promotores e juízes sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Direção, Divisão Educacional	Semestralmente
- Propor aos alunos que, ao longo do ano, criem as normas e regras para o seu comportamento dentro do CEP.	Professores, pedagogas e diretores	Contínuo
- Estabelecer diálogo.	Todos	Contínuo
- Criar um meio de divulgação e discussão constante de normas/regras, utilizando os meios de comunicação disponíveis (painéis, vídeos, rádio, etc.).	Direção Geral, equipe pedagógica, Infocep.	Curto prazo.
- Desenvolver vídeos educativos com os alunos.	Direção, professores (em especial dos cursos técnicos Comunicação e Arte / Produção Audiovisual), funcionários, pedagogas, alunos.	Curto prazo.
- Divulgar o regimento escolar a toda a comunidade escolar.	Divisão Educacional.	Anualmente
- Envolver o grêmio na divulgação do regimento escolar através da Rádio Intervalo.	Grêmio estudantil, com orientação de pedagoga, professor ou diretor.	Anualmente
- (Re)Elaborar coletivamente o Regimento Escolar do CEP.	Todos	2009
- Divulgar com eficiência as orientações do dia-a-dia complementares ao Regimento Escolar e Guia do Aluno, como por exemplo, aquelas para a Semana Cultural, Olimpíadas, etc..	Todos	Contínuo

5.2.9 Aprofundar as questões relativas ao Plano de Trabalho Docente e na utilização dos instrumentos pedagógicos.

Metas	Responsável	Prazos
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar discussões permanentes entre professores e equipe pedagógica, visando a avaliação do trabalho docente, troca de experiências / vivências e análise de problemas da sala de aula. - Dar continuidade ao trabalho conjunto de professores e pedagogas, mais no sentido de somar conhecimentos e menos de embate. 	Professores, pedagogos, direção.	Contínuo.
<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar a hora-atividade para aprofundamento / estudos. 	Professores.	Semanal.
<ul style="list-style-type: none"> - Promover palestras e discussões sobre a elaboração do Plano de Trabalho Docente (normas, formatação, nomenclatura, etc). 	Pedagogos.	Semana pedagógica.
<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o Plano de Trabalho Docente (na interação professores-pedagogos) e comunicá-lo aos alunos. - Utilizar metodologias que despertem o cidadão que queremos. - Reinventar e repensar o Plano de Trabalho Docente, pela utilização de metodologias de ensino diversificadas. - Avaliar e rever procedimentos metodológicos, sempre que for necessário. - Incluir no Plano de Trabalho Docente as questões relativas às práticas sociais e éticas. - Diversificar os instrumentos de avaliação. - Divulgar de forma mais explícita para os alunos os critérios e instrumentos de avaliação. 	Professores.	Contínuo
<ul style="list-style-type: none"> - Ofertar capacitação sobre avaliação (trazer pessoas de fora para falar sobre o assunto). 	Divisão Educacional, Direção Geral.	Anualmente
<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer apoio no contra-turno para reavaliação dos alunos desde o início do ano. 	Direção Geral, Divisão Educacional	Permanentemente
<ul style="list-style-type: none"> - Oportunizar um tempo durante a hora-atividade para discussão e elaboração dos instrumentos pedagógicos para um real 	Pedagogas, professores	Semanal

aproveitamento do PTD (Plano de Trabalho Docente).		
- Capacitar, efetivamente, o professor, com palestras, cursos e outras atividades que promovam a integração dos docentes e a motivação para o trabalho docente.	Direção, equipe pedagógica, NRE.	Permanentemente.
- Dar continuidade ao estudo das Diretrizes Curriculares Estaduais e embasar nelas o trabalho acadêmico.	Professores e pedagogas	Permanentemente.
- Promover encontros pedagógicos entre professores das várias disciplinas.	Escola, NRE	Trimestral
- Oferecer a orientação pedagógica da qual o professor necessita.	Pedagogas	Permanentemente
- Manter os recursos tecnológicos em boas condições de funcionamento.	Direção, GAA, Infocep, Multimeios	Contínuo
- Usar o material didático disponível e propor a aquisição de novos materiais.	Professores, pedagogos.	Contínuo
- Retomar o Conselho de Classe por turma com a respectiva pedagoga para análise individual dos alunos, prevendo mais de um dia de Conselho de Classe em Calendário.	Divisão Educacional, Direção Geral	2009
- Discutir a recuperação de estudos.	Todos	Anual e contínuo
- Respeitar prazos para protocolar a 2ª chamada.	Alunos, setor de protocolo	
- Reelaborar coletivamente a Proposta Curricular, tomando por base as Diretrizes Curriculares Estaduais. - Especificar na Proposta Curricular como será o trabalho do professor na 3ª série.		
- Promover discussão do retorno das coordenações.????	Direção Geral.	Curto prazo.

5.3 Educação Profissional

As grandes linhas de ações do CEP na Educação Profissional pressupõem superar os problemas apresentados no marco situacional, quais sejam:

- a) Reuniões técnicas de estudo entre equipe pedagógica e docentes, com a finalidade de melhorar o desempenho docente e, desta forma,

assegurar a permanência do aluno e a qualidade de sua formação profissional;

- b) Aquisição e ampliação de acervo bibliográfico, para fortalecer os vínculos entre formação humana e profissional;
 - c) Oferta de alimentação consistente e adequada ao horário de aula de acordo com as necessidades;
 - d) Estimular a participação de alunos em estágios que pagam bolsa-auxílio para facilitar aquisição de vale-transporte por parte dos educandos que necessitam de deslocamento;
 - e) Produzir um DVD referente às características de cada curso e suas ligações possíveis com o mundo do trabalho, com a finalidade de revitalizar o significado do curso para estudantes, professores e empresários;
 - f) Realização de Concurso Público, na perspectiva de plano de carreira para os profissionais que atuam nos cursos médio integrado e subsequente;
 - g) Formação continuada dos professores, com vistas a ampliar o entendimento sobre a concepção da educação profissional.
- Redimensionamento e revitalização dos laboratórios específicos;
- h) Para 2009, o processo de ingresso para o Ensino Fundamental e Ensino Médio fundamenta-se na análise curricular da vida escola do candidato.

A compreensão deste processo evita soluções simplistas que, num reflexo da culpa que se costuma imputar ao professor por todas as mazelas da escola, enfatiza também o cuidado com sua formação como medida salvadora da qualidade do ensino. De pouco adianta atacar o problema da má formação do educador se não se atacar concomitantemente seus determinantes. (PARO, 2000, p. 95).

Recursos materiais e físicos

Os principais recursos materiais que compõem a estrutura das salas de aula, biblioteca, laboratórios e outros espaços da escola são constituídos de materiais pertencentes a SEED. Devido às características da Educação Profissional é necessário ampliar e adequar esses espaços.

Provavelmente, parte dos recursos decorrerá da assinatura de convênio entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) e o MEC – Programa BRASIL PROFISSIONALIZADO, para serem executados a partir de 2009.

No entanto, a atual gestão do CEP, já iniciou processos de licitação para reformar e adequar laboratórios e salas de aulas, atendendo necessidades dos cursos técnicos, bem como a ampliação de equipamentos específicos dos diferentes cursos.

DESENVOLVIMENTO

1. Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais

O Estado do Paraná tem buscado recursos financeiros para avançar no crescimento e diversificação de sua economia, desenvolvendo mais acentuadamente, nos últimos anos, o setor industrial e de serviços.

Atualmente o Paraná conta com 20 arranjos produtivos que englobam três mil indústrias e geram 60 mil empregos, segundo do Programa do Sistema FIEP de apoio aos APLs. Em 2007, a produção nas fábricas foi estimulada principalmente pelo aumento do consumo interno e pelos incentivos fiscais, com isso, as empresas estão investindo na ampliação de seu parque industrial para poder atender à demanda. O grupo de indústrias de média/ alta intensidade tecnológica foi responsável por quase um quinto do aumento do emprego (48,1 mil) da indústria de transformação.

Além da capital do Estado, que ficou com o arranjo produtivo relacionado a produção de *softwares*, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) destacam-se

as cidades de São José dos Pinhais e Araucária, a primeira com grande participação das indústrias automobilísticas e a segunda como os principais segmentos da indústria de refino de petróleo.

De acordo com as pesquisas realizadas pelo IPARDES, dentre as ocupações em que haverá crescimento em razão dos investimentos previstos para os próximos anos em Curitiba e RMC, destacam-se as relacionadas com a micro-informática tanto no setor industrial como no de serviços. Além disso, devido às projeções do aumento populacional da capital e da RMC, podemos avaliar que os setores de serviços especializados nas mais diversas áreas, das quais destacamos as de: administração; secretariado e *marketing*; comunicação e arte; e áudio-visual. Também apresentam potencial de crescimento, devido a uma demanda reprimida da construção civil, as ocupações relacionadas a esse setor.

2. Apresentar cursos oferecidos de acordo com o catálogo nacional de cursos técnicos

Em 2006/2007, o CEP oferece os seguintes cursos de Educação Profissional:

- Técnico em Comunicação e Arte e Técnico em Edificações, com organização curricular integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Administração, Técnico em Hospitalidade, Técnico em Secretariado, Técnico em Informática, Técnico em Produção Audiovisual, Técnico em Edificações com organização curricular subsequente ao Ensino Médio.

3. Listar laboratórios de química, física, biologia e matemática e os tecnológicos (mecânica, elétrica, eletrotécnica, eletrônica e outros) a serem

utilizados nos respectivos cursos, independente de já existirem ou estarem sendo solicitados.

Canteiro de Obras – Curso Técnico em Edificações (Construção Civil)

4. Apresentar Plano de estágio supervisionado integrado aos currículos.

Não há oferta de estágio curricular obrigatório.

4.1 Existência de setor ou departamento para especialização e apoio ao estágio

O Colégio Estadual do Paraná conta com uma Coordenação de Estágio Destinada a auxiliar os alunos nas questões ligadas ao estágio curricular, sendo as principais atribuições:

- Encaminhar alunos para a realização de estágio;
- Orientar o aluno estagiário quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à realização de seu estágio curricular;
- Providenciar a documentação para oferecimento de um seguro de acidentes pessoais e um seguro de responsabilidade civil por danos contra terceiros em favor do estudante;
- Organizar e processar a documentação correspondente ao estágio;
- Receber do aluno estagiário, examinar o Relatório Final do estágio;
- Proceder à avaliação do estágio, fazendo os registros necessários;
- Encaminhar à Secretaria do CEP a documentação referente ao estágio e à sua avaliação, após seu término.

4.2. Estágio para todos os alunos do Ensino Médio

A referida Coordenação de Estágio organiza e articula a oferta de estágio curricular dos alunos do Ensino Médio.

4.3. Estágio para pessoas com deficiência

Não possui.

4.4. Estágio para estudantes do PROEJA.

Não possui.

4.5. Estágio profissional obrigatório

Na matriz curricular dos nossos cursos com organização curricular do Ensino Médio Integrado e dos Cursos com organização subsequente ao Ensino Médio, não há oferta de estágio curricular supervisionado.

4.6. Estágio profissional não obrigatório, incluído no respectivo plano de curso.

Nos nossos Planos de Curso não estão previstos a oferta de estágio profissional.

5. Indicar parceria com a rede federal, considerando os seguintes aspectos.

Não possui.

5.1. Implantação de laboratórios:

O Colégio possui três salas de laboratórios Linux com 68 terminais, 10 estações de trabalho, 02 laboratórios com rede Windows, 32 computadores e 01 laboratório de hardware. Possui setor de informática, que realiza a manutenção e suporte desses laboratórios.

A escola possui um link da Copel, com dois MB full com ipê dedicado (ligação direta a central). Além disso para a arquitetura da rede interna (intranet) possui roteadores e comutadoras.

Também, possui laboratórios específicos para uso dos docentes, para estudo na hora-atividade, com 8 computadores em cada sala, bem como, laboratórios das disciplinas de: Química, Física, Biologia, Língua Portuguesa, Matemática e laboratório para o curso Técnico em Edificações. Encontra-se em fase de aquisição de equipamentos para laboratório para os cursos Técnico em Comunicação e Arte e Produção Audiovisual.

5.2. Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos cursos.

O acompanhamento, monitoramento e avaliação dos cursos ofertados são realizados pela Divisão Educacional, coordenação dos cursos em conjunto com os professores.

5.3. Formação continuada ou qualificação de docentes.

A Secretaria de Estado da Educação, tem possibilitado a oferta de cursos de formação continuada aos docentes da rede pública estadual. A formação continuada é organizada da seguinte forma: a) nas semanas pedagógicas no início de cada semestre letivo; b) grupos de estudos que acontecem aos sábados na própria escola; c) GTR- Grupo de Trabalho em Rede – acompanhados por professores do PDE, à distância; d) atualização disciplinar nas horas-atividades concentradas, e) participação do PDE.

Além disso, o Colégio Estadual do Paraná, oportuniza formação continuada na própria instituição, tanto nas disciplinas específicas de formação de cada docente, quanto formação tecnológica, com a utilização da TV multimídia, uso do pendrive, utilização do laboratório do Paraná Digital.

5.4. Formação continuada ou qualificação de técnico-administrativos.

A formação dos técnicos administrativos do CEP ocorre em conjunto com os docentes, quando há necessidade. Além disso, para os funcionários a Secretaria de Estado da Educação oferta cursos específicos para os funcionários da rede.

5.5. Suporte de consultoria.

O CEP não estabeleceu parcerias com empresas de consultorias.

5.6. Manutenção de equipamentos.

O CEP possui um setor específico para a manutenção e suporte dos equipamentos que são utilizados na escola, bem como para a instalação de novos equipamentos e montagem de laboratórios.

Este departamento operacionaliza a utilização do portal (site) da escola;

5.7. Implantação dos planos de cursos:

Os planos de cursos estão em processo de reconhecimento por parte da SEED/CEE.

6. Descrever se existem ou não Convênio ou Termo de Cooperação com outras instituições para atender aos objetivos do programa. Em caso afirmativo anexar arquivo (s) comprovando o convênio e/ou termo existente.

6.1. Com Prefeituras

Não possui.

6.2. Com outros órgãos do Estado, do Município ou do terceiro setor.

Não possui.

6.3. Com instituições como Senai, Sesi, Sebrae, Senat, SESCOOP, Sesi, Sesc, Senac, etc.

Não possui.

7. Descrever se existe ou não parceria com o setor produtivo. Em caso afirmativo anexar arquivo (s) comprovando a parceria.

Não possui parcerias.

7.1. Programas de visitas técnicas

As visitas técnicas ocorrem mediante agendamento do professor e/ou coordenador, de acordo com as necessidades das disciplinas e interesses dos alunos, conforme previsto no Plano de Cursos.

7.2. Uso de espaço de produção para aulas práticas

Possui o canteiro de obras – imóvel próprio destinado às aulas práticas do curso Técnico em Edificações.

7.3. Reforço escolar

Temos projeto de recuperação de estudos, das disciplinas da Base Nacional Comum.

8. Indicar a existência de ações de inserção sócio-científica

8.1. Estágio sociocultural ou de iniciação científica na própria escola

Não possui.

8.2. Estágio civil em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural da comunidade

Não possui

8.3. Programas de incentivo à iniciação científica

Não possui.

8.4. Participação em feiras e mostras de trabalhos científicos

O Colégio Estadual do Paraná realiza Mostras dos Cursos da Educação Profissional prevista em Calendário Escolar, bem como, participa de feiras e eventos das áreas dos cursos.

8.5. Salas de apoio presencial para Educação a Distância

Não possui.

9. Demonstrar a ampliação de oferta de matrículas de EPT, descrevendo o total de vagas a serem ofertadas e detalhando o número de vagas criadas nas modalidades de EMI, PROEJA, EaD e nas formas concomitante e subsequente, nos próximos 04 anos.

Não oferta.

10. Informar se possui Convênio com E-tec Brasil. Em caso afirmativo anexar arquivo comprovando o convênio.

Não possui.

11. Descrever em que medida o PPP evidencia a gestão democrática nos seguintes aspectos

11.1. Participação de representantes de entidades de classe de trabalhadores e empregadores no Conselho Escolar

No Conselho Escolar do Colégio não há representação de trabalhadores e empregadores, enquanto entidades de classe.

O Conselho Escolar é uma das instâncias colegiadas que propiciam a participação da comunidade escolar. Nesse sentido, toda a comunidade é convidada a participar das reuniões.

11.2. Processo participativo de escolha da direção escolar

A Direção Geral é indicada pelo Governador do Estado, porque o Colégio Estadual do Paraná funciona como órgão de regime especial, de acordo com a Lei nº 6.636 de 29 de novembro de 1974, nos termos da Lei 8.485, de 03 de junho de 1987, com relativa autonomia administrativa e financeira.

11.3. Abertura para participação regular de alunos e pais no processo educacional

A participação dos pais e alunos no processo educacional se dá pela inserção nas instâncias colegiadas do processo de gestão escolar. Deste modo, o CEP possui o Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e APMF em pleno funcionamento. Deste modo entendemos que a participação desses sujeitos ocorre nestas instâncias, assim como, na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, em reuniões pedagógicas organizadas sistematicamente com pais. O Conselho de Classe é outro espaço de participação dos alunos nas análises e decisões sobre as questões docentes e discentes.

12. Informar, e detalhar se for o caso, se existem estratégias de democratização do acesso e combate à evasão/abandono.

12.1. Fornecimento de bolsa de auxílio

Não possui.

12.2. Programas de apoio para ingresso nos cursos

Não possui.

12.3. Fornecimento de alimentação

Merenda escolar fornecida pelo Governo do Estado do Paraná.

12.4. Programa que promove o reforço, recuperação e regularização do fluxo escolar.

O reforço de conteúdos é ofertado apenas nas disciplinas de Base Comum Nacional.

13. Indicar a existência de ações de empreendedorismo, tais como:

Não há existência de ações de empreendedorismo.

14. Indicar a oferta de apoio em Tecnologias de Informação e Comunicação, tais como:

14.1. Programas de radio e televisão educativos.

O curso Técnico em Comunicação e Arte e Produção Audiovisual estão promovendo a recuperação da “Rádio Intervalo”, que é utilizada pelos estudantes no intervalo das aulas e que passará a constituir um laboratório destinado a esses cursos.

14.2. Acesso a internet e a programas educacionais.

O Colégio utiliza o programa Paraná Digital que faz uso do portal dia-a-dia-educacao.

14.3. Programas educativos rodando em computadores.

O CEP possui diversos programas educacionais direcionados para apoio pedagógico das disciplinas da Base Nacional Comum e técnicas, como: AUTOCAD, Q-CAD, JAVA, MYSQL, DELFI, PASCAL, PACOTE OFFICE E BR-OFFICE, BROWSER (e outros navegadores – browsers).

Possui DEBIAN LINUX E WINDOWS 98, sistemas operacionais.

14.4. Acesso a filmes e demais programas educacionais por vídeo e DVD.

A escola possui um acervo de aproximadamente 4000 filmes e programas em VHS, que estão sendo convertidos para DVD.

15. Escola em periferia de regiões metropolitanas

O CEP está localizado na zona central urbana de Curitiba e atende os estudantes de Curitiba e região metropolitana.

16. Taxa de mortalidade entre 15 e 29 anos no município em que se localiza a Escola / UF

Segundo o DATASUS a taxa de mortalidade é de 0,36 em uma proporção de 100.000 habitantes.

17. Taxa de desemprego de jovens entre 16 e 29 anos do município onde se localiza a Escola / UF

Segundo o IPEA, a taxa de desemprego de jovens é de 17% no município de Curitiba.

18. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município em que se localiza a Escola / UF

O índice de Desenvolvimento Humano, no município de Curitiba e de 0,856.

19. Média da escola no ENEM / UF

A média do Colégio Estadual do Paraná no Enem no ano de 2007 foi de 63.14.

20. Taxa de abandono do Ensino Médio da escola / UF

A taxa de evasão do ano de 2007 foi de 2,5%.

6 Referências

ARROYO, M. G. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática escolar. In: **Currículo: políticas e práticas**. Antonio Flávio Barbosa Moreira (org). Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999, p. 165-183.

AZEVEDO, J. C. de. **Princípios norteadores de uma escola democrática e de qualidade**. In: AZEVEDO, J. C. de. **Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias**. Ed. Vozes: Petrópolis (RJ) 2000.

BRASIL. IBGE. **Percentual de jovens que não eram estudantes na população de 15 a 17 anos de idade**. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=CAJ373, acesso em 21/01/09.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; PINTO, José Marcelino de Rezende; GUIMARAES, José Luiz. Sobre o financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 135, dez. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2009. doi: 10.1590/S0100-15742008000300014.

CANDAU, V. M. (org.). **Rumo a uma nova didática**. 8ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

FERREIRA, N. S. C. **Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática da educação: por uma formação humana**. Palestra proferida no Colégio Estadual do Paraná, dez/2008.

FORQUIN, J. C. Introdução: currículo e cultura. In: FORQUIN, J. C. **Escola e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Caderno 12. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, vol. 2.

KÖRBES, C. (2008) **Educação não-formal e informal em ciência e tecnologia**: divulgação científica e formação de opinião sobre reprodução assistida e seus desdobramentos na Folha de S. Paulo. 177 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba, UFPR – PPGE. Disponível em: http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/17190/1/Dissertacao_Cleci.Korbes_2008.pdf. Acesso em 27/01/2009.

HOFFMANN, J. A. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIMA, E. S. **Desenvolvimento e aprendizagem na escola**: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. São Paulo: Ed Sobradinho 107, 2002 (Coleção Fundamentos para a Educação).

LUCKESI, C. C. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. In: LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 27-47.

MATOS, J.C. A diferença como pressuposto de igualdade. In: Disciplina e liberdade. **Revista de educação AEC**. v. 26, n. 103, abr/jun, 1997. Brasília: AEC, p. 23-40.

MEIER, M. **Disciplina e limites na educação**: como lidar. Palestra proferida no Colégio Estadual do Paraná, dez/2008.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: desenvolvimento e aprendizado. In: OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993, p. 55-81.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997. (Pensamento e ação no magistério)

PARO, V, H. A natureza do trabalho pedagógico. In: **Gestão da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997, p. 29-37.

PIMENTA, S. G. Orientador educacional ou pedagogo: da importância do fazer pedagógico para a democratização do ensino. In: **Revista da ANDE**, n. 9, p. 29-37, 1985.

PRAIS, M. de L. M. Relação entre administração escolar e prática pedagógica. In: PRAIS, M. de L. M. **Administração colegiada da escola pública**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990, p. 76-88.

ROSSA, L. Projeto Político-Pedagógico: uma construção coletiva, inclusiva e solidária. **Revista da AEC**. Brasília, v. 28, n. 111, p. 63-72, abr/jun/1999.

ROSSA, L. Armadilhas do Projeto Político-Pedagógico. **Revista de Educação AEC**. Brasília, v. 34, n. 117, p. 75-83, 2000.

SACRISTÁN, J. G. **A educação que temos, a educação que queremos**. In: **A educação do século XXI: os desafios no futuro imediato**/F. Imbernón (trad.). Ernani Rosa. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p. 37-63.

SAVIANI, D. Sentido da pedagogia e papel do pedagogo. In: **Revista da ANDE**, São Paulo, n. 9, p. 27-28, 1985.

SAVIANI, D. Para além dos métodos novos e tradicionais. In: SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 35ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 36º ed. Revista Coleção Polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP, Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. revista e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Censo Escolar 2008 indica acerto das políticas públicas de educação no Paraná**. (Yvelise Arco-Verde). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diaadia/modules/noticias/article.php?storyid=780>, acesso em 23/01/09.

SEVERINO, A. J. **O projeto político-pedagógico: a saída para a escola**. Revista da AEC. Brasília, v. 27, n. 107, p. 81-91.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 4ª ed. São Paulo: Libertad, 1994.

VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. **Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1999.

VÁSQUEZ, A.S. Unidade entre teoria e prática. In: **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 209-243.

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.. **Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 09-32.

VEIGA, I.P. Projeto Político-Pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, M. E. L. e CASTANHO, S. (orgs). **O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora**. Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 183-219.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I. P. A. e FONSECA, M. (orgs). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 45-66.